

Universidade Federal de Pernambuco
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais

Meio Ambiente Como Notícia da Moda:
“A Coluna Ciência/Meio Ambiente nos Últimos 10 Anos”.

Dario Martinez Morales

Dissertação apresentada ao Programa Luso-Brasileiro de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre, sob a orientação da Professora Edvania Torres Aguiar Gomes e a co-orientação da Professora Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida.

Recife, Setembro de 2002.

Martinez Morales, Dario

Meio ambiente como notícia da moda : “A coluna ciência/meio ambiente nos últimos 10 anos”. – Recife : O Autor, 2002.

91 folhas : il., gráf., quadros

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Gestão e Políticas Ambientais, 2002.

Inclui bibliografia e anexo.

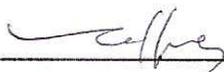
1. Educação ambiental – Jornalismo ambiental. 2. Ciência e meio ambiente – Questão ambiental, Recife (PE). 3. Origem e produção de notícia, período de 1989 a 1999 – Percepção da sociedade recifense. I. Título.

**911.52
910**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

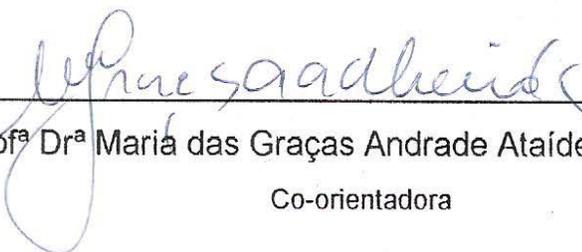
**UFPE
BC2006-279**

Examinadores



Profª Drª Edvania Torres Aguiar Gomes

Orientadora



Profª Drª Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida

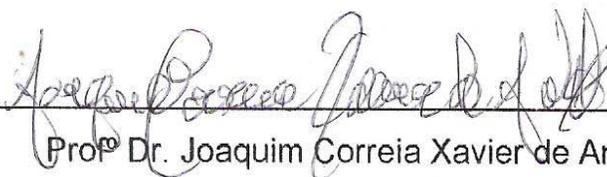
Co-orientadora



Profª Drª Marlene Maria da Silva



Profª Drª Gilda Maria Lins de Araújo



Profª Dr. Joaquim Correia Xavier de Andrade Neto

"Quero conhecer os pensamentos de Deus... o resto é detalhe"

Albert Einstein.

Dedico esta dissertação a meus pais:
Francisco Martinez e Célia Morales, que
desde pequeno cuidaram de meus
sonhos.

Agradecimentos

A Deus, por me iluminar na conclusão desta difícil tarefa.

As minhas orientadoras, Professora Edvania Torres Aguiar Gomes e Maria das Graças Andrade Ataíde de Almeida, pela orientação, apoio, confiança e incentivo irrestrito, durante todo o processo de elaboração desta dissertação.

Ao coordenador do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da UFPE, Prof. Dr. Joaquim Correia Xavier Neto, pelo interesse e apoio à realização desta dissertação.

A Solange de Paula Lima, secretária do Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da UFPE, pelo apoio e cobrança para que a tese fosse apresentada.

A todos os colegas, professores e funcionários do Mestrado em Gestão e políticas Ambientais da UFPE.

A Marluce Amélia da silva pela sua contribuição na bibliografia.

A jornalista Fabiane Cavalcanti, pelo apoio e entrevista concedida para o aprimoramento da pesquisa.

Ao jornalista Antônio H. Portela, pela entrevista concedida.

Ao jornalista e Diretor da Redação do JC, Ivanildo Sampaio, pelo apoio e entrevista concedida.

Sumário

Resumo	07
Resumen	08
Lista de Quadros	09
Lista de Gráficos	10
Lista de Siglas	11
Introdução	12
Questão Conceitual	14
Disseminação, Divulgação e Jornalismo Científico: Breve Histórico	17
O Problema e As Hipóteses	20
1-Marco Teórico	21
1.1- Jornalismo	21
1.2- Jornalismo Ambiental	23
1.3- A Era Ecológica	25
2- Evolução do Movimento Ambientalista	30
2.1- O Movimento Ambientalista Global	30
2.2- O Movimento Ambientalista no Brasil	35
2.3- O Movimento Ambientalista em Pernambuco	36
2.4- Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN	37
2.5- Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE	37
2.6 – As Grandes Atuações	38
3- Origem e Evolução da Mídia Impressa	39
3.1- Primeiros Passos	39
3.2- Surgimento dos Primeiros Jornais	39
3.3- A Imprensa no Brasil	40

3.4- A Imprensa em Pernambuco	41
4- A Imprensa Atual	42
4.1- Diário de Pernambuco	42
4.2- Folha de Pernambuco	45
4.3- Jornal do Comércio	46
5- Metodologia	48
5.1- O Objeto de Estudo	48
5.2- Perfil Histórico da Coluna Ciência/Meio Ambiente - CMA	49
5.3- A Produção da Notícia	50
5.4- Pesquisa no Jornal Impresso - JC	51
5.5- Tabulação de Dados	52
5.6- Gráficos da Pesquisa	53
5.7- Assuntos Mais Abordados	56
5.8- Questionário	57
5.9- Discussão dos Resultados	61
5.10- Análise Qualitativa	62
6- Conclusões	63
Bibliografia	65
Anexo I	68

Resumo

Esta Dissertação enfoca a questão ambiental, tomando como base para a Análise a coluna do Jornal do Comércio Ciência/Meio Ambiente – CMA, no período de 1989 a 1999. O estudo visa fornecer informações que sirvam de base para o aprofundamento da discussão da questão ambiental na sociedade recifense. A pesquisa mostra como é produzida a informação ambiental, partindo da origem, conteúdo e profissão do agente envolvido na elaboração da notícia. A análise verificou, que apesar da coluna Ciência/Meio Ambiente, ter uma década de existência ela é pouco lida e conhecida pela população recifense. Outra constatação é que as notícias são em sua maioria produzida por jornalistas, que buscam nos profissionais e instituições ligadas ao setor, respaldo para a elaboração dos textos. Este trabalho põe em evidência questões relativas à efemeridade do enfoque dado à temática ambiental. Esse tema assume estatus de moda, sendo, portanto passageiro como mostra a análise da página do JC, destinados a ele nos últimos 10 anos, período 1989 a 1999. ao longo da análise do material, foi possível constatar também a separação e destaque assumido nos últimos 5 anos para questão da ciência em contraposição a questão ambiental. Este fato era bem diferente por ocasião da Eco-92, quando a temática era notícias central do JC. Para efeito de ilustração da investigação e análise dos dados compilados, constam, quadros e gráficos, no tratamento dos mesmos, bem como xérox das notícias de maior destaque no anexo 01.

Resumen

Esta investigación tiene como enfoque central la cuestión ambiental, tomando como base para el análisis la columna Ciência/Medio Ambiente – CMA, del Jornal del Comércio, en el periodo correspondiente de 1989 a 1999. El estudio objetiva obtener informaciones que sirvan de base para el aprofundamiento de la discusión de la cuestión ambiental en la sociedade de Recife. A pesquisa muestra como es producida la información ambiental, partiendo de la origen, contenido, y profesión del agente envolvido en la elaboración de la noticia. La análise verifico que mesmo la página da Ciência/Medio Ambiente, teniendo 10 años de existencia, ella es poco leida y conocida por la población de Recife. otra constatación es que las noticias son en su grande mayoría producida por periodistas, que buscan en los profesionales y instituciones ligadas al sector, respaldo para la elaboración de los textos. Este trabajo pone en evidencia cuestiones relativas a la efemeridad del enfoque dado a la temática ambiental. Ese tema asume estatus de moda, siendo, por tanto pasajero como muestra la análise de la columna del Jornal del Comércio, destinado a él en los últimos 10 años, en el periodo de 1989 a 1999, al hacer el análisis del material fue posible constatar también la separación y destaque asumido en los últimos 5 años para la cuestión ciencia en contraposición de la cuestión ambiental. Este hecho fue bien diferente en la epoca de la Eco-92, cuando el tema era noticia central del JC. Para efecto de ilustración y análise de los dados compilados, constam, quadros e gráficos para el tratamiento de los mismos, bien como copias de las noticias de maior destaque em el anexo 01.

Lista de Quadros

Quadros:

Quadro 1 – Análise Quantitativa

Quadro 2 – Tempo de Conhecimento

Lista de Gráficos

Gráficos:

Gráfico 1 - Percentual Estimado em 1989

Gráfico 2 - Percentual Estimado em 1990

Gráfico 3 - Percentual Estimado em 1991

Gráfico 4 - Percentual Estimado em 1992

Gráfico 5 - Percentual Estimado em 1993

Gráfico 6 - Percentual Estimado em 1994

Gráfico 7 - Percentual Estimado em 1995

Gráfico 8 - Percentual Estimado em 1996

Gráfico 9 - Percentual Estimado em 1997

Gráfico 10 - Percentual Estimado em 1998

Gráfico 11 - Percentual Estimado em 1999

Gráfico 12 - Percentual de Entrevistados por Faixa etária

Gráfico 13 - Percentual de Entrevistados por Ocupação

Gráfico 14 - Percentual de Entrevistados por Escolaridade

Gráfico 15 - Percentual de Entrevistados por Leitura Diária de Jornal

Gráfico 16 - Percentual de Entrevistados por Conhecimento da Coluna CMA

Lista de Siglas

- AGAPAN** – Associação Gaúcha de Proteção a Natureza
- CMA** – Ciência e Meio Ambiente
- CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CHESF** – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
- CPRH** – Companhia Pernambucana de Meio Ambiente
- CNUMAD** – Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
- EA** – Educação Ambiental
- EIA/RIMA** – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
- EUA** – Estados Unidos da América
- GA** – Gestão Ambiental
- IBAMA** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- JC** – Jornal do Comércio
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PNB** – Produto Nacional Bruto
- UPN** – União Protetora da Natureza
- ex_URSS** – União de Repúblicas Socialistas

Introdução

O processo evolutivo alcançado pela comunicação, favorecida pelo desenvolvimento tecnológico, é sem dúvida um dos fatores responsáveis por uma nova fase de relacionamento entre o homem e o meio ambiente.

Nas últimas décadas do Século XX, o Planeta Terra, saltou da escala de conhecimento local e regional, para uma esfera global, através da interligação de rede de comunicação, que com auxílio de satélites computadorizados, pode ser mostrado e pesquisado qualquer ponto da terra, em qualquer instante, obtendo-se informações praticamente simultâneas sobre os diversos acontecimentos que dizem respeito ao homem, a sociedade e a natureza.

Desta forma os meios de comunicação, passaram a fornecer subsídios que estão levando a sociedade global, a se colocar diante de si mesma numa perspectiva de avaliar seu passado, reexaminar sua etapa de “desenvolvimento” e sua projeção futura.

Esta evolução global da comunicação, fornece valiosos subsídios aos cientistas para formular a pesquisa ambiental, em suas diversas manifestações inter/intra disciplinares, bem como os acontecimentos sócios-políticos, artísticos, esportivos, meteorológicos, desastres ambientais, as devastações florestais. E as guerras passaram a formar parte do cotidiano da maioria dos seres humanos.

Nesse sentido pode-se dizer que o domínio de informação encontra-se diretamente ligado ao poder de interferir e reestruturar as relações humanas e da sociedade com a natureza. Deste modo, fica claro que os meios de comunicação são os instrumentos que influenciam a humanidade hoje, a ter contato com a problemática ambiental atual, fato que permite rediscutir os paradigmas de desenvolvimento e sua atuação no meio ambiente.

Nas ultimas décadas, observa-se um aumento significativo de publicações, documentários, campanhas de publicidades sobre as questões ambientais, mas a maior divulgação é atribuída aos jornais e a televisão, visto que ambas tem uma certa facilidade de permear o tecido da sociedade por mais longínqua que se encontre. É fato incontestável que até pouco tempo, as informações das questões ambientais circulavam

basicamente em espaços restritos, na comunidade científica, em seminários e palestras, em publicações especializadas, revistas técnicas e livros.

Fica evidente, a partir desta reflexão, que os jornais e a televisão são a principal fonte de informação para uma expressiva camada da população. Sendo assim a participação desses veículos, tornam-se decisivos nos processos de formação de opinião sobre os conflitos ambientais.

É a partir desta constatação que surge o interesse em pesquisar de que forma o Jornal do Comércio através da folha Ciência/Meio Ambiente, tem contribuído para o conhecimento das questões ambientais na sociedade recifense, em dez anos de existência (1989, 1999).

Questão Conceitual

Ao tratar da questão conceitual, considera-se oportuno esclarecer a expressão "divulgação científica". Deve-se relacionar esse conceito a outros correlatos tais como: "difusão científica", "disseminação científica" e "jornalismo científico". No cotidiano tais expressões são utilizadas indiscriminadamente e podem causar alguma confusão conceitual. Segundo Bueno (1984: 12-13), "[...] cada um desses conceitos assume contornos próprios, mesmo que se articulem num terreno comum: processos, estratégias, técnicas e mecanismos de veiculação de fatos e de informações que se situam no universo da ciência e tecnologia". Para o autor, existe, entre esses conceitos, uma relação de complementaridade, ou seja, "cada qual mantém com os demais uma relação estreita de gênero-espécie" (p.13). O referido autor também ressalta a dificuldade de se delimitar esses conceitos, observando que a bibliografia brasileira e a internacional estão orientadas antes para aspectos técnicos operacionais do que para a classificação científica.

Dentre os poucos autores que compartilham da mesma linha de pensamento destaca-se Pasquali (apud Bueno, 1994), um dos primeiros a distinguir esses conceitos. Na leitura de Pasquali, a difusão e a divulgação têm um público universal, enquanto a disseminação objetiva exclusivamente o contato entre especialistas. Portanto, a disseminação científica refere-se à transferência de mensagens elaboradas em linguagens especializadas a receptores seletos e restritos. Contudo, a difusão e a divulgação científica têm um público formado tanto por especialistas quanto por não-especialistas e, por tal razão, as mensagens são elaboradas em linguagem de fácil compreensão. Bueno (1984), por sua vez, atribui à difusão científica um caráter abrangente, entendendo-a como todo e qualquer processo ou recurso utilizado para a veiculação de informações científicas e tecnológicas envolvendo, inclusive, os demais conceitos. A extensão do conceito permite abranger os periódicos especializados, os bancos de dados, os sistemas de informação acoplados aos institutos e centros de pesquisa, as reuniões científicas (congressos, simpósios, seminários), as seções especializadas das publicações de caráter geral, as páginas de ciência e tecnologia dos jornais e revistas, os programas de rádio e

televisão dedicados à ciência e tecnologia, o cinema dito científico e até os chamados colégios invisíveis (Bueno 1984: 14-15).

Ainda na visão de Bueno (1984), pode-se encontrar duas formas de disseminação: a intrapares e a extra pares. A primeira seria a “(...) circulação de informações científicas e tecnológicas entre especialista de uma área ou áreas conexas, tendo como características o público especializado, o conteúdo específico e o código fechado” (p. 16). Neste caso, os periódicos científicos seriam um exemplo de disseminação intrapares. Na disseminação extra pares estariam inseridos os casos em que são disseminadas informações especializada para público especializado, mais em outro domínio específico. “É o caso de um curso de especialização em homeopatia endereçado a médicos, alopatas, ou de energia alternativa voltado para geólogos, físicos, químicos ou engenheiros” (p. 18).

Como pode-se observar, Bueno (1984), discorda de Pasquali em relação a conceito de difusão científica, pois o entende como um hiperônimo que incorpora a disseminação científica (difusão para especialista) e a divulgação científica (difusão para o público em geral), visto que Pasquali vê difusão científica como sinônimo da divulgação. No que tange as características gerais da disseminação e da divulgação, os referidos autores adotam posições semelhante. Os dois tomam a “linguagem “ e o “público alvo “ como parâmetros básicos para suas conceituações sobre disseminação científica: (a disseminação científica) objetiva exclusivamente o contato entre especialistas (Pasquali Apud Bueno, 1984: 13), (A disseminação científica) pressupõe a transferência de informações científicas e tecnológicas, transcritas em códigos especializados a um público seletivo, formado por especialistas (Bueno, 1984:15-16).

A semelhança de opiniões entre Pasquali e Bueno se repetem em relação ao conceito de divulgação científica: (a divulgação científica é o) envio de mensagens elaboradas mediante recodificação de linguagens críticas a linguagens omnicompreensível, a totalidade do público receptor disponível (Pasquali apud Bueno,1984:18). (A divulgação científica) pressupõe um processo de recodificação, isto é, a transposição de uma linguagem especializada para uma linguagem não especializada, com o objetivo de tornar o conteúdo acessível a uma vasta audiência (Bueno, 1984:19).

Por outro lado Calvo Hernando (1992:19), ao discutir o conceito de divulgação científica também toma como base o público alvo e a linguagem utilizada: “(...) consiste em transmitir na linguagem de todos os conhecimentos elaborados na linguagem de uns poucos”. A importância dada ao público alvo na formulação desse quadro conceitual se

justifica pelo fato do público ser determinante para a definição da linguagem a ser utilizada na construção dos mais variados textos, não podendo ser ignorado especialmente quando se propõe a divulgar a ciência e tecnologia.

Em resumo observa-se que os especialistas em comunicação ao destacar o papel do público alvo e, a natureza da linguagem na conceituação da divulgação científica e dos correlatos difusão científica, disseminação científica e jornalismo científico, estão reconhecendo a função de co-enunciados do destinatário (o público alvo), que interfere na produção do discurso a ele dirigido e, naturalmente na linguagem utilizada.

Disseminação, Divulgação e Jornalismo Científico: Breve Histórico

Segundo Burkett (1990), a difusão científica teve seu surgimento no início do Século XVI. Na época, a comunicação de assuntos científicos era predominantemente realizada de forma oral, visto que os cientistas tinham suas atividades censuradas pela igreja e pelo estado. Mesmo assim, no século XVII, surgem as primeiras sociedades científicas e a comunicação passa a ser de forma escrita, inicialmente através de cartazes, monografias e livros em latim e depois em periódicos científicos.

Em março de 1665, foi publicado o periódico inglês *Philosophical Transactions*, da *Royal Society for Improvement of Natural Knowledge*. A partir deste acontecimento, outras sociedades científicas passaram a ter suas publicações fortalecendo, desta forma, as pesquisas científicas na Europa e nos Estados Unidos. Mesmo com o surgimento de periódicos como *Gazette de France* (1631) e *Journal des Scavants* (1664) publicando temas científicos, a divulgação sistemática pela imprensa sobre os referidos temas, só acontece no século XIX, limitando-se apenas a publicar na íntegra ou reescrever artigos dos periódicos científicos, pois nem as grandes invenções daquele século, tais como o barco a vapor, a locomotiva a vapor, o telégrafo, o telefone, a tração mecânica, a eletroquímica e o eletromagnetismo, motivaram grandes coberturas na imprensa da época (Burkett 1990). Só no final daquele século, é que se abre um espaço para se dedicar mais à ciência. Os veículos de comunicação da época utilizavam muito o sensacionalismo e transformavam a ciência em alguns casos em pseudociência. Os excessos cometidos por alguns jornais, colocavam em estado de alerta os cientistas. O fato de ter suas atividades mal interpretadas, foi tão intenso que, mesmo décadas depois, mesmo com o surgimento de jornalistas científicos como profissionais voltados em tempo integral para a ciência, os cientistas antigos contavam aos recém-chegados, os "horrores" de ter seu trabalho veiculado pelos meios de comunicação de massa (Krieghbaum apud Burkett, 1990 [1929]: 30-31).

Talvez pela relação conflitante entre a imprensa e a ciência em seu momento inicial, é que Calvo Hernando (1990) considera que o nascimento do jornalismo científico só

tenha ocorrido na segunda década do Século XX e se difundiu rapidamente como consequência da popularização da imprensa escrita e da explosão técnico-científica.

O período entre guerras também influenciou para aumentar o interesse do público pelas descobertas científicas, principalmente devido ao desenvolvimento das armas utilizadas nas I e II guerras mundiais. Neste período, várias empresas jornalísticas colocaram profissionais voltados, em tempo integral, para os assuntos científicos. Foi o caso do The New York Times, do Herald Tribune, da Scripps-Howard, News Peppers, da United Press, do Science News e da Associated Press. Passando um tempo, os jornalistas especializados no campo científico, sentiram a necessidade de se organizarem em associações, para defenderem seus interesses, entre os quais, sensibilizar os cientistas e proprietários de veículos de comunicação científica, para o desenvolvimento e bem-estar dos países. Desta forma, foi criada a National Association of Science Writers (NASW) em 1934. Na atualidade são várias as associações formadas por jornalistas científicos, como a Associação Brasileira de Jornalismo Científico; a União Européia de Associações de Jornalismo Científico, constituída por associações nacionais de países europeus; e a Associação Internacional de Escritores de Ciência.

O aparecimento da imprensa especializada em ciência, possibilitou que um público mais amplo tivesse acesso a informações antes restritas a cientistas e seus pares. Ao transmitir, de forma simples, as novas idéias, os conceitos e técnicas aos quais o grande público dificilmente teria acesso, o jornalismo científico se transformou em instrumento fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática. Sérgio Prenafeta (apud Brasil, 1989, p.16) sugere que o jornalista deve estipular, orientar e conseguir apoio para colocar o público diante da grandeza da ciência, o que levaria a participar, não apenas "com os olhos e ouvidos, mas também com sua inteligência e talento criador". Segundo Vieira (1992, p.45), em entrevista realizada com Roald Hoffmann, prêmio Nobel de Química de 1981, observa que os cientistas têm uma boa razão para disseminar o conhecimento científico.

"Quando as pessoas adquirem algum conhecimento científico, podem compreender melhor as decisões, o que é fundamental numa sociedade democrática. Caso contrário, poderão se tornar vítimas de demagogos e especialistas". Anteriormente, Kneller (1980, p.268) também havia ressaltado a importância da divulgação da ciência e da tecnologia. Devemos comunicar os resultados dos estudos sobre as consequências reais e potências

da tecnologia ao público mais vasto possível e em termos mais facilmente entendidos pelos cidadãos comuns. As descobertas importantes devem ser analisadas e discutidas em termos críticos, através de todos os meios disponíveis de comunicação. Se quisermos que a tecnologia seja usada criativamente para o benefício da humanidade como um todo, precisaremos de um público esclarecido e apto a avaliá-la imparcialmente.

Voltando-se para o interesse do público, o mercado editorial brasileiro deu um grande impulso ao jornalismo científico durante os anos de 1980, quando se verifica, através da imprensa diária dos grandes jornais do país como a Folha de São Paulo, o Jornal do Brasil, o Estado de São Paulo e O Globo. Observou-se na época o lançamento de seções específicas e, até mesmo, cadernos sobre o assunto. Com este cenário é que surge, em 1989, o Jornal do Comércio com a página Ciência/Meio Ambiente, buscando informar a sociedade recifense sobre as questões ambientais.

Neste dia, a ciência, a tecnologia e o meio ambiente ganharam as páginas do referido jornal, informando aos leitores diariamente sobre os acontecimentos relativos à ciência e meio ambiente, na esfera local, nacional e internacional. Ficaram sabendo, por exemplo, como o homem é capaz de ir tão longe, quase a um passo da colonização espacial, e ainda ignorar que as matas não devem ser derrubadas ou queimadas sob o risco de ficarem sem água.

Desta forma surgia uma nova fonte de informação sobre as questões ambientais, objeto deste estudo. O período compreende o ano 1989 a 1999, ou seja “Dez Anos Divulgando Ciência/Meio Ambiente”.

O Problema e As Hipóteses

Com base na fundamentação conceitual e histórica, colocou-se o seguinte problema de pesquisa: “Meio Ambiente Como Notícia da Moda – A Página Ciência/Meio Ambiente nos últimos 10 anos”.

Essa indagação motivou a formulação de uma hipótese central e duas hipóteses corolário que procuro comprovar ao longo dessa pesquisa.

- Hipótese Central:

O Jornal do Commercio, no período de 1989 a 1999, divulgou Ciência/Meio Ambiente. Qual foi o espaço ocupado pela temática ambiental no período estabelecido?

- Hipóteses Corolário:

H1 – As notícias veiculadas pelo Jornal do Comércio, na coluna Ciência/Meio Ambiente - CMA, foram produzidos por jornalistas ou por pesquisadores?

H2 – Identificar a origem da notícia, e a que público alvo se destina a coluna Ciência/Meio Ambiente – CMA.

1. Marco Teórico

1.1 Jornalismo

Segundo Rossi (1998, p. 7), "o jornalismo, independente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos". Nessa batalha árdua e sutil, é utilizada uma arma aparentemente inofensiva, a palavra. Indiscutivelmente, ela desempenha um papel preponderante na luta pela cativação dos leitores de classe média, que é a fatia do mercado responsável pelo consumo de jornais num país emergente onde não se tem o hábito da leitura.

Para Juarez Bahia (1990, p. 8), o jornalismo é descrito como atividade de "apurar, reunir, selecionar e definir notícias, idéias, acontecimentos e informações gerais com veracidade, exatidão, clareza, rapidez, de modo a conjugar pensamento e ação". Com esta descrição, confirma-se, então, que é da natureza do jornalismo, levar a comunidade, de forma direta ou indireta, a participar da vida social, assumindo, assim, a condição de intermediário da sociedade. Para Rui Barbosa, "a imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe mal fazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, vela pelo que lhe interessa e se acautela do que a ameaça" (Apud Bahia, 1990, p.9-10).

O desenvolvimento do jornalismo se inicia no Século XV, e foi um processo lento mas ininterrupto desde sua criação até o presente momento. O mesmo não é uma invenção, pois existia antes de Gutemberg, sendo, por tanto, anterior à imprensa. Deve ser entendido como um processo histórico e cultural, cuidadosamente burilado no tempo.

Com a invenção da tipografia por Gutemberg, surge, mais tarde, a imprensa escrita, dando ao jornalismo, uma maior responsabilidade na formação da sociedade, colocando-o no patamar de "educador". Hoje, funciona como um instrumento de participação do público nas atividades sociais, tendo, algumas vezes, sua missão confundida com a natureza da informação. Tem como finalidade básica, difundir notícias, promover o bem comum e estimular a mais ampla e livre troca de idéias entre as pessoas, independente de suas convicções. Mesmo assim, não foi fácil para o jornalismo conquistar a liberdade que tem hoje. Em todos os tempos, restrições ao uso da palavra causaram danos irreparáveis. No caso do Brasil, sua história de luta pela liberdade de imprensa denota incidentes que vão da proibição à repressão.

Na sociedade atual, o jornalismo prima, cada vez mais, pela fala da linguagem coletiva, visando à mútua compreensão, do desenvolvimento nacional, dos anseios humanos e das conquistas sociais. Mesmo assim, existem estudiosos que denunciam um desvio desta função indicando, assim, a convergência das opiniões veiculadas por setores poderosos e privilegiados em detrimento do interesse público. Este fato é amplamente abordado nos estudos de Habermas (tempo brasileiro, 1984), que denuncia esta face negativa do jornalismo.

A partir do estabelecimento do Estado de Direito Burguês, a imprensa deixa de lado seu papel crítico, em busca da liberdade de opinião para investir nas chances de lucro, tornando-se uma empresa comercial.

Devido ao aumento do faturamento, advindo dos anúncios publicados, o jornalismo perde parte de sua independência, passando a ser manipulável e, até mesmo, censurável pelo poder econômico, isto é, por seus próprios anunciantes. À medida que um veículo impresso se comercializa, mais vulneráveis ficam às pressões exercidas pelos interesses privados. Entre todos os meios de comunicação, o jornal é, sem dúvida, o mais consistente, uma vez que, por ser escrito "passa maior credibilidade e tende a ser considerado cada vez mais indispensável, apesar da grande concorrência dos veículos não impressos" (Bahia, 1990, p. 62).

O jornalismo moderno é parte integrante da cultura de massa e é fruto de grandes transformações na imprensa, na sociedade e na história. Desde o seu surgimento busca influenciar e alterar padrões de comportamento, induzindo atitudes, registrando formas de produção e gerando hábitos de costumes. Sua evolução é um referencial claro do processo de mudança, visto que, hoje, a sociedade está apostando e acreditando mais no seu desempenho social, devido a que a imprensa escrita, de forma gradativa, aprendeu que seu grande papel é mostrar a realidade por trás da aparência. Esta postura está gerando um ganho maior do jornalismo pela sociedade, tanto nos locais mais remotos como nas grandes metrópoles. Desta forma, o jornalismo funciona como um instrumento de denúncia quando os poderes institucionais falham.

Outro lado a ser ressaltado nesta evolução, é que o jornalismo perde a sua característica de tomar como alvo de referência um foco de interesse comum, no qual a informação se desloca do particular para o coletivo. Surge assim, a especialização, que acrescenta o caráter seletivo restringindo o âmbito e, ao mesmo tempo, ampliando sua compreensão na medida em que permite um maior aprofundamento dos assuntos.

Segundo Juarez Bahia (1990, p. 215), o jornalismo especializado é: "a informação dirigida à cobertura de assuntos determinados e em função de certos públicos, dando à notícia um caráter específico". Seu surgimento ocorreu através de uma necessidade social, devido ao desenvolvimento das relações em sociedade.

No cenário das novas intenções sociais, a informação se torna cada vez mais especializada ao adquirir qualidade e método. "No complexo da sociedade moderna, sempre há algum especializado que tem algo a informar à imprensa" (Erbolato, 1981, p. 42).

1.2. Jornalismo Ambiental

O jornalismo ambiental pode ser definido como: "o segmento jornalístico que tem como finalidade fazer a cobertura de temas ambientais, englobando tudo que acontece na relação entre o homem e a natureza". Portanto, a questão ambiental tem variáveis econômicas, políticas, tecnológicas e culturais, o que torna imprescindível à importância dos meios de comunicação enquanto espaço para a divulgação dos conflitos ambientais. Porém, isto não significa que o tema tenha recebido a devida atenção dos estudiosos como afirma Brina Brennan (Apud Nelson, 1994 p. 7). Segundo esta autora "existe escasso material relevante e prático disponível, apesar da grande demanda existente".

No Brasil esse tipo de literatura é resumida, e quase inexistente como afirma José Salomão D. Amorim (Apud Dencker & Kunsch, 1986 p. 36) "há poucos artigos relacionando comunicação e meio ambiente. A observação vale para o Brasil onde pouco se publicou a respeito". Pois estas publicações podem ser resumidas em:

- a) "Dez dicas práticas para reportagens sobre meio ambiente" do jornalista Peter Nelson;
- b) "Comunicação e Meio Ambiente", que forma parte de uma coleção editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom.

Segundo Nelson (1994, p. 9) "o jornalismo ambiental é um fenômeno recente", pois até nos anos 60 "poucos repórteres escreviam com profundidade sobre esse tema". Como se observa, a temática ecologia e meio ambiente, sempre estiveram presentes nas

pautas do jornalismo no Brasil. Mesmo que de forma primitiva, pode se observar nas obras do escritor e jornalista, Euclides da Cunha, que no final do Século XIX publicou reportagens no jornal O Estado de São Paulo sobre A Revolta de Canudos, ocorrida no interior da Bahia e que mais tarde acabou por servir de base, para uma das mais belas obras da literatura brasileira – Os Sertões – A Campanha de Canudos.

Segundo Fabíola de Oliveira (Apud Dencker & Kunsch, 1996) o jornalismo ambiental praticado por Euclides da Cunha é o jornalismo ecológico, “porque trata das questões do meio ambiente sem dissociá-las do homem (e vice-versa) e busca as informações do conhecimento técnico científico da época para dar consistência as suas descrições, análises e conclusões”. Para a referida autora, “os meios de comunicação não tem procurado traduzir essa associação”.

Um acontecimento relevante dentro do jornalismo ambiental e que não pode ser deixado de abordar, foi a Eco 92. Quatro meses antes do acontecimento, os jornalistas iniciaram uma cobertura diária sobre a conferência. Surgiram cadernos e editoriais específicos sobre a temática ambiental.

Foi neste momento que se percebeu alguma dificuldade na cobertura desse tipo de assunto. Peter Nelson (1994, p.12), afirma: “que de maneira geral o jornalista cobre a área ecológica sem nenhuma formação no assunto”. De igual forma Fabíola de Oliveira (Apud Dencker & Kunsch, 1996), concorda inteiramente com o jornalista ao afirmar que “além da falta de especialização na área, na falta de informação sobre os acontecimentos que antecederam a conferência, os jornalistas brasileiros defrontaram-se com um problema quase elementar, a maioria era neófito em inglês, língua oficial do evento”.

A referida autora ressalta ainda outros pontos que afetam o jornalismo ambiental no Brasil das quais são “a questão da fragmentação, da falta de profundidade e de uma perspectiva histórica”.

No livro “*O Que é ecologia*”, de Lago e Pádua (1985, p.10), ressalta que “é natural, portanto, diante da amplitude do campo ecológico que exista ao nível da opinião pública uma percepção bastante confusa”. Dilema agravado pela multiplicidade de enfoques relacionados ao tema ecológico e as apropriações sociais surgidas no debate ecológico e divulgadas de forma fragmentada pelos meios de comunicação.

1.3- A Era Ecológica

Cada ano, desde 1984, o Worldwatch Institut dos EUA publica o relatório informando sobre o “estado da terra”. Este estado é cada vez mais assustador. Segundo ele a terra esta enferma e ameaçada. Das muitas constatações ressaltamos neste estudo apenas duas:

1- A terra está doente:

A primeira constatação ressalta que o ser mais ameaçado da natureza hoje é o pobre. Setenta e nove por cento da humanidade vive no grande sul pobre; um bilhão de pessoas vivem em estado de pobreza absoluta; três (sobre 3,5) bilhões tem alimentação insuficiente; sessenta milhões morrem anualmente de fome e quatorze milhões de jovens abaixo de quinze anos morrem anualmente em consequência das doença da fome. Diante deste cenário a solidariedade entre os humanos é praticamente inexistente. A maioria dos países afluentes não destinam se quer 0,7% de seu produto nacional bruto (PNB), o indicado pela ONU para ajuda aos países necessitados. O país mais rico, os Estados Unidos destina apenas 0,15% de seu PNB.

A segunda se refere às espécies de vida que correm semelhantes ameaças. Estimativas informam que: entre 1500-1850 foi presumivelmente eliminada uma espécie a cada dez anos. Por outro lado, estudos apontam que entre 1850-1950 uma espécie foi eliminada por ano. A partir de 1990 está desaparecendo uma espécie por dia. A seguir este ritmo no ano de 2000 desaparecerá uma espécie por hora. Mas é importante lembrar que o número de espécie varia com relação aos critérios dos especialistas, entre 10 e 100 milhões, sendo que apenas 1,4 milhões foram descritas. Mas nota-se que existe uma máquina de morte movida contra a vida sobre a sua mais variadas formas (Allias, C. - 1992).

A consciência da crise ganhou expressão em 1972 com a publicação do relatório do Clube de Roma, que apresenta articulação mundial de industriais, políticos, altos funcionários estatais e cientistas de várias áreas para estudarem as interdependências das nações, a complexidade das sociedades contemporâneas e a natureza com a finalidade de desenvolverem uma visão sistêmica dos problemas e novos meios de ação política para sua solução. O referido relatório tem por título: os limites do crescimento (Meadows, D. – 1972).

A crise significa: a quebra de uma concepção de mundo. Pois o que na consciência coletiva era evidente, agora é posto em discussão. Qual era a concepção do mundo indiscutível? Que tudo deve girar em torno da idéia de progresso. E que este progresso se move entre dois infinitos: o infinito dos recursos da terra e o infinito do futuro. Sempre pensou-se que a terra é inesgotável em seus recursos e que podíamos caminhar indefinidamente na direção do futuro. Os dois infinitos são ilusórios. A consciência da crise reconhece: os recursos de limites nem todos são renováveis; o crescimento indefinido para o futuro é impossível (Lutzenberger, J. A.- 1980), porque não se pode universalizar o modelo de crescimento para todos e para sempre.

O modelo de sociedade e o sentido de vida que os seres humanos projetaram para si, aproximadamente nos últimos 400 anos, está em crise. E o modelo em termo da lógica do cotidiano era e continua sendo: o importante é acumular grande número de meios de vida, de riqueza material, de bens e serviços afim de poder desfrutar a curta passagem por este planeta. Para atingir tal propósito, o homem se utiliza da ciência, que conhece os mecanismos da terra e a técnica, que faz intervenções nela para benefício humano. E isso é feito com a máxima velocidade possível. Sendo assim, procura-se o máximo de benefício com o mínimo de investimento e no mais curto prazo de tempo possível. O ser humano nesta prática cultural se entende como um ser sobre todas as coisas, dispondo delas como bem entender, jamais como alguém que está junto com as coisas, como membro de uma comunidade maior, planetária e cósmica. O efeito final agora visível de forma inegável, pode ser expresso na frase atribuída a Gandhi: a terra é suficiente para todos mais não para a voracidade dos consumistas.

A consciência que vai crescendo mais e mais no mundo ainda é insuficiente e pode expressar-se assim: se levar avante este nosso sentido de ser e se dermos livre curso à lógica de nossa máquina produtiva, pode-se chegar a efeitos irreversíveis para a natureza e para a vida humana: desertificação (cada ano terras férteis, equivalentes à superfície do estado do Rio de Janeiro ficam desérticas); desflorestamento: 42% das florestas tropicais já foram destruídas, o aquecimento da terra e as chuvas ácidas podem dizimar a floresta mais importante para o sistema terra, a floresta boreal (6 bilhões de hectares); super população: em 1990 a população era de 5,2 bilhões de pessoas, com crescimento estimado de 3 a 4% ao ano, enquanto a produção dos alimentos aumenta somente 1,3%. Ainda apontam no horizonte outras conseqüências funestas para o sistema terra com

eventuais conflitos generalizados em consequência das desigualdades sociais no cenário global.

2- Diagnósticos e terapias ecológicas:

Para tratar deste assunto foram feitos vários diagnósticos que sugeriam várias terapias ecológicas no sentido de evitar a doença ou de curá-la. Dentre as sugestões apontadas podem ser mencionadas as seguintes:

a) *A Ecotecnologia:*

Procura-se desenvolver técnicas e procedimentos que visam preservar o meio ambiente ou minimizar os efeitos negativos oriundo do desenvolvimento implantado que regularmente produz efeitos perversos sobre as populações e sobre a natureza (Turrini, E.- 1993).

Deve-se assumir tal postura. Se causo destruição ao planeta, a ecotecnociência pode ajudar a salvá-lo e resgatá-lo. Mas há limites. Pois apenas as consequências, não se desce à identificação das causas da depredação e agressão do conjunto dos seres da natureza com suas relações de equilíbrio.

b) *A Ecopolítica:*

Por trás dos projetos técnicos as políticas, seja implementadas pelo estado (política de desenvolvimento industrial, agrícola, viário, urbano, energético, populacional) seja pela empresa. Esta se situa no mercado sob a pressão da concorrência e da necessidade de garantir seus lucros, muitas vezes à custa da poluição, do desmatamento, da exploração dos trabalhadores através dos baixos salários. A ecopolítica visa desenvolver estratégias de desenvolvimento sustentado que garanta o equilíbrio do ecossistema, incluindo o sistema de trabalho, sem perder de vista a solidariedade para com as gerações futuras. Elas têm direito a uma sociedade de eqüidade, de justiça e participação de um meio ambiente sadio (Leis, H.- 1991).

c) *A Ecologia Humana e A Ecologia Social: A comunidade cósmica*

A sociedade sempre estabelece uma relação com o meio ambiente. O ser humano tem sua origem em um longo processo biológico. Sem os elementos da natureza, da qual ele é parte e parcela, sem os vírus, as bactérias, os microorganismos, o código genético, os elementos químicos primordiais ele não existiria. As sociedade sempre organizam suas relações para com o meio no sentido de garantir a produção e reprodução da vida. Definem a relação entre campo e cidade, decidem como se faz uma organização que

inclua a qualidade de vida, como se monta ecologicamente um hospital, uma escola, uma fábrica, como se ordena o tráfico, como se evita a violência social e como se estabelece a relação entre o público e o privado, entre o trabalho e o lazer, entre a produção material e a cultural, estabelece certo tipo de comunicação social, que em forma de ciências e técnicas podem garantir a qualidade de vida humana e natural (Guattari, F.-1988).

d) A Ecologia Mental:

O estado do mundo esta ligado ao estado de nossa mente. Se o mundo esta doente é indício de que nossa psique também esta doente. Há agressões contra a natureza e vontade de dominação por que dentro do indivíduo funcionam visões, arquétipos, emoções que levam a exclusões e a violências. Existe uma ecologia interior e outra exterior que se condicionam mutuamente (Bateson, G.-1979). O universo das relações para com as coisas é internalizado, como a referência ao pai, à mãe, ao meio ambiente, etc. Esses conteúdos se transformam em valores e antivalores atingindo as relações ecológicas de forma positiva ou negativa. O próprio mundo dos artefatos, da tecnificação das relações, gera uma subjetividade coletiva fixada sobre o poder, o status, a aparência e uma precária comunicação com o outro.

A ecologia mental procura construir uma integração psíquica do ser humano que torne mais benevolente sua relação com o meio natural e social e que fortaleça um acordo de reverência e equilíbrio com o universo.

e) A Ética Ecológica:

A ética da sociedade é utilitarista e antropocêntrica, considera o conjunto dos seres a serviço do ser humano que pode dispor deles a seu bel-prazer, atendendo a seus desejos e preferências. Acredita que o ser humano, homem e mulher, é a coroa do processo evolutivo e o centro do universo. Ético seria desenvolver um sentido do limite dos desejos humano na qual estes levam facilmente a procurar a vantagem individual à custa da exploração de classes, subjugação de povos e opressão de sexos. O ser humano é também um ser de comunicação e de responsabilidade. Então ético seria também potencializar a solidariedade com as futuras gerações visando respeitar o futuro daqueles que ainda não nasceram. Finalmente, ético seria reconhecer o caráter de autonomia relativa dos seres; eles também tem direito de continuar a existir e a coexistir conosco e com outros seres, já que existiram antes de nós e por milhões de anos sem nós. Em outras palavras, eles tem direito ao presente e ao futuro (Auer, A.- 1984).

f) A Ecologia Radical ou Profunda:

Esta ecologia tenta discernir a questão fundamental: a crise atual é crise da civilização hegemônica. Ou seja é a crise do atual paradigma dominante do modelo de relações existentes e do sentido de viver preponderante. Qual o sentido primordial das sociedades mundiais hoje? Já foi dito: é o progresso, a prosperidade, o crescimento ilimitado de bens materiais e de serviços.

Como se alcança este progresso? Mediante a utilização, exploração e potencialização de todas as forças e energias da natureza e das pessoas. Sendo o grande instrumento para atingir tal finalidade a ciência e a tecnologia que produziram o industrialismo, a informatização e a robotização. Tais instrumentos não surgiram por pura curiosidade. Mas da vontade de poder, de conquista e de lucro (Naess, A.- 1989).

O objetivo base foi bem formulado pelos pais fundadores do paradigma moderno, Galileu Galilei, René Descartes, Francis Bacon, Isaac Newton e outros. Descartes ensinava que nossa intervenção na natureza é para fazer-nos “maître et possesseur de la nature” (Discours de la méthode, vol. VI – 1965).

Francis Bacon dizia: “subjugar a natureza, pressioná-la para nos entregar seus segredos, amarrá-la a nosso serviço e fazê-la nossa escrava”. Com isto se criou o mito do ser humano, herói desbravador, prometeu indomável, com o faraonismo de suas obras, em outras palavras: o ser humano está sobre as coisas para fazer delas condições e instrumentos da felicidade e do progresso humano. Ele não se entende junto com elas, numa pertença mútua como membro de um todo maior (Moltmann, J.- 1993).

2. Evolução do Movimento Ambientalista

2.1. O Movimento Ambientalista Global

A evolução do movimento ambientalista global não teve um começo claro. Iniciou-se em lugares diferentes e por diversas razões. Este movimento, na definição do cientista político Eduardo Viola (1992) “é a abordagem das iniciativas da sociedade no que diz respeito ao meio ambiente”, no qual estão inseridos os movimentos conservacionistas (que se relaciona ao uso racional dos recursos naturais) os preservacionistas (prevenção da flora e fauna), os ambientalistas (batalha contra a poluição urbana e rural) e os ecológicos ou ecologistas (defendem valores mais profundos e questionamentos contestatórios que os ambientalistas). As transformações ao meio ambiente, provocado pelo homem datam de muitos séculos atrás, mas a partir do Século XVIII, é que começa haver uma maior percepção do deterioro ambiental. Segundo John McCormick (1992, p. 15), “as raízes de um movimento mais amplo podem ser discernidas pela primeira vez na segunda metade do século XIX”. É nesta época, por volta de 1860, que surgem na Grã-Bretanha os primeiros grupos protecionistas.

Seguidamente, ao final do Século XIX, surge nos Estados Unidos um movimento com duas vertentes, uma preservacionista de áreas virgens e a outra de conservacionista de recursos naturais, no entanto, na Alemanha, na mesma época, já se falava em manejo produtivo e sustentável das florestas. “Uma vez compreendidos os custos mais imediatos e pessoais da poluição, da caça ou da perda das florestas, os indivíduos formaram grupos, que formaram coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multinacional” (McCormick, 1989, p.21).

O movimento cresceu e se disseminou, mesmo assim, é a partir de 1945, com o agravamento do uso dos químicos e da indústria em grande escala que começa a verdadeira revolução ambiental.

O marco inicial do movimento ambientalista foi iniciado com o primeiro congresso para a vida silvestre, intitulado A Natureza e o Homem, que foi organizado pelas Sociedades Protetoras dos Animais da Europa, no ano de 1968. Por coincidência, no

mesmo ano, em Roma, um grupo de cientistas se reuniu para discutir a crise do homem e a crise ambiental, esse grupo logo recebeu o nome de Clube de Roma.

Em 1971, a pedido da ONU, ocorre na França o Painel de Peritos em Ecologia e Desenvolvimento. No ano seguinte, acontece em Estocolmo a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, com a participação de 113 países e 250 ONGs que para alguns ambientalistas reforçou ainda mais o debate sobre o nível de desenvolvimento econômico e suas relações com o meio ambiente.

Neste sentido, observa-se no debate sobre o ambientalismo e o processo de globalização tendências que apontam a necessidade de transformar a Organização das Nações Unidas - ONU, numa efetiva autoridade mundial de caráter intergovernamental, e de criar e consolidar organizações e relações transnacionais não-governamentais, bases de uma efetiva sociedade humana planetária (Brown, 1993, Viola e Leis, 1992).

Lembrar-se ainda, que a preocupação pública pelos conflitos relacionados à deterioração ambiental tem aumentado de forma contínua desde meados da década de 1970. Essa preocupação percorre o Canadá, Europa Ocidental, Japão, Nova Zelândia, Austrália e culmina na década de 1980, quando chega na América Latina, Europa Oriental, ex-União Soviética e parte da Ásia.

Como fruto dessa preocupação pública pelo deterioro ambiental, surgem e desenvolvem-se organizações não-governamentais e grupos comunitários que lutam pela proteção ambiental. Sendo a atuação de alguns na escala internacional tais como: agências estatais de esfera federal, estadual e municipal (Ferreira, 1992-4), outros encarregados de proteger o ambiente; através de grupos e instituições científicas que pesquisam os conflitos ambientais, um setor de administradores e gerentes que implementam um paradigma de gestão dos processos produtivos baseados na eficiência, no uso dos materiais, na conservação da energia na redução da poluição e no controle total da qualidade; um mercado consumidor verde que demanda, entre outras coisas, alimentos oriundos de uma agricultura orgânica, automóveis e eletrodomésticos de alta eficiência energética, papel reciclado, recipientes reutilizáveis, produtos que tenham sido elaborados utilizando tecnologias limpas e a partir de matérias-primas produzidas de forma sustentável; agências e tratados internacionais encarregados de equacionar os conflitos ambientais.

Todos os atores e processos acima citados, tornam o movimento ambientalista global, cujos valores e propostas vão sendo disseminados pelas estruturas

governamentais, grupos comunitários de base, comunidade científica e setor empresarial. Mesmo que o ambientalismo tenha surgido de um movimento reduzido de pessoas, grupos e associações preocupadas com o meio ambiente, transformou-se numa vertente de movimento multissetorial.

Do ponto de vista analítico, três abordagens teóricas têm sido utilizadas na análise do ambientalismo: o grupo de interesse, o novo movimento social e o movimento histórico.

Para o primeiro enfoque, utilizado principalmente nos EUA, o ambientalismo é um grupo de interesses como outro no sistema político (Ingram e Mann, 1989). Com a expansão dos problemas de poluição, oriundo do sistema industrial, emerge (primeiro nos estratos médios e altos) uma demanda de proteção ambiental que é solicitada através dos mecanismos regulares do sistema político, sem acarretar nenhum desafio. Alguns dos autores deste enfoque consideram o ambientalismo um movimento elitista.

O ambientalismo visto como um novo movimento social foi desenvolvido principalmente na Europa Ocidental por autores neomarxistas (como por exemplo, OFFE) ou radicais ecologistas (conforme Galtung, 1984). Segundo esse enfoque, as transformações, ocorridas na estrutura social (forte expansão do setor de serviços que absorve mão-de-obra altamente qualificada) tem favorecido a emergência de novos movimentos sociais (basicamente pacifismo, feminismo e ecologismo), que questionam o sistema capitalista partindo de uma orientação valorativa diferente dos movimentos sociais tradicionais, com ênfase na descentralização e qualidade de vida.

A perspectiva deste movimento social, dá relevância apenas aos setores radicais do ambientalismo, que se auto-identificam como ecologistas, e relaciona seu desenvolvimento com a emergência dos partidos verdes. O foco do novo movimento social é contraposto ao do grupo de interesse; aquele assume a crise da ordem social e tem um forte e explícito conteúdo normativo.

Já o enfoque do ambientalista como movimento histórico parte do conceito de que a civilização contemporânea é insustentável no médio e longo prazo devido a quatro fatores centrais: crescimento populacional, depleção da base dos recursos naturais, sistemas que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficiência e sistema de valores que propiciam a expansão ilimitada do consumo material.

Para MacCornik (1989), a clivagem sócio-política profunda do mundo contemporâneo dá-se entre as forças conservadoras da civilização predatória-perdularia e as forças reformistas que apontam na direção de uma civilização sustentável. Visto deste ângulo,

uma crucial transformação está ocorrendo no Ocidente desde fins da década de 1960, a emergência de valores pós-materialistas.

Alguns setores da sociedade começaram a exigir qualidade de vida (sendo a proteção ambiental um componente fundamental) em vez da expansão indiscriminada do consumo de bens materiais.

A essa demanda por qualidade de vida soma-se, na segunda metade da década de 1980, a percepção dos graves riscos envolvidos nos problemas ambientais globais. Com o surgimento dos valores pós-materialistas e a visualização dos conflitos ambientais globais, tornam-se as causas fundamentais da mundialização do movimento ambientalista. Ainda no enfoque do movimento histórico, as organizações não-governamentais e os grupos comunitários dedicados à proteção ambiental são parte de um movimento mais amplo, que inclui: o sócioambientalismo (formado por sindicatos e movimentos sociais que tem outros objetivos, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão importante); setores empresariais cujos sistemas produtivos preenchem em medida significativa o critério da sustentabilidade; setores da estrutura estatal (particularmente agências ambientais) que consideram a proteção ambiental, como uma dimensão fundamental de ação de governo; e agências inter-governamentais orientadas para a sustentabilidade planetária.

Nesta seqüência, chega-se à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, conhecida também como (Eco 92) realizada no Rio de Janeiro em 1992. O evento poderia ser analisado a partir da perspectiva do ambientalismo como movimento histórico. Os globalistas e os ambientalistas nacionalistas tendem para uma retórica de reforma similar aos ambientalistas globalistas. Mas o comportamento efetivo só aceita reformas secundárias na esfera internacional (no que tange à questão ambiental).

Dentre as ações obtidas na conferência podem ser citadas: a convenção sobre alterações climáticas, que estabelece regras gerais para a proteção da atmosfera e contenção da emissão de gases, não havendo definição de prazo ou índice de redução.

Os países europeus tinham como proposta a meta de limitar até o ano 2000 as emissões de gás carbônico no nível de 1990. Mas os Estados Unidos discordavam, e sugeriam uma definição apenas para janeiro de 1993.

Por outro lado, a intransigência dos EUA (governo e indústria da biotecnologia) impediu ao Presidente Bush de assinar a convenção de biodiversidade, mesmo tendo 153

assinaturas, entre as quais a do Japão. Este impasse justifica-se na discordância da convenção americana, com relação ao desenvolvimento da indústria da biotecnologia e a proteção das idéias-patentes.

Outro documento oriundo da Eco-92 é a Agenda 21, que sofre com o denominador mínimo provocado pelo consenso exigido nos encontros internacionais, que torna o texto muitas vezes vago, sem prazos nem compromissos. A Agenda não tem a força da lei das convenções e necessita aproximadamente de 600 bilhões de dólares anuais para ser implantada.

No documento que trata sobre as florestas, também nota-se a falta de compromisso em relação a desmatamento, queimadas e seu monitoramento.

Lembra-se ainda, que um encontro mundial desta magnitude, que reuniu 105 Chefes de Estado e cerca de 14 mil ONG's (a maior assembléia internacional já realizada) não pode passar em branco pela história. Pois a CNUMAD deve ser vista como um movimento. Talvez o momento mais culminante de um processo iniciado no fim dos anos 60 e início da década de 1970, que foi marcada pela realização da Primeira Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia em 1972, e precedida pelo primeiro dia da terra, promovido pelos EUA, em 1970.

Dentre os resultados alcançados pela Eco-92 podem ser citados: o "princípio da responsabilidade diferenciada", entre países centrais e periféricos, outro ganho foi "o princípio de prudência", perante a polêmica existente entre centro de pesquisas, como por exemplo em relação ao aquecimento global nos últimos anos, fica assinalada a responsabilidade dos governos tomar providências para evitar catástrofes, independente de comprovação científica. O documento Agenda 21, mesmo com algumas indefinições, contém uma gama de programas, que se constituem em um instrumento relevante para a elaboração de políticas em todas as áreas.

Realizado este corte, poderia-se dizer que o ambientalismo globalista, avançou menos do que a expectativa gerada durante a conferência; entretanto o debate e as tentativas de acordar sobre os conflitos ambientais globais, continuam sendo o eixo central do espaço público internacional no futuro previsível. A questão ambiental é uma realidade do presente, que exige compromisso da sociedade, para obter soluções eficientes e práticas aos conflitos existentes. Assim sendo, a Eco 92, não é a culminação de um processo, é apenas parte do começo.

Segundo a ordem cronológica dos eventos, em 1994, a ONU realizou a conferência sobre população no Cairo; e sobre a mulher na China; e, em 1995, a conferência sobre desenvolvimento social em Copenhage. A temática ambiental foi discutidas em todas elas.

Finalmente, não se pode deixar de mencionar a conferência da ONU, sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Rio+10, realizada em Joanesburgo, África do Sul em 2002.

A mesma registrou, no parecer de analistas ambientais, um retrocesso em relação à Eco-92, realizada dez anos antes no Rio de Janeiro.

Do encontro saíram poucas indicações concretas para resgatar centenas de milhões de pessoas da fome, das epidemias e da falta de acesso a saneamento e serviços de saúde. (Revista Ecologia e Desenvolvimento nº 104, pág. 15, 2002).

Além disso, novamente os EUA e outros países, romperam mais uma vez com o princípio da solidariedade internacional e reafirmam as decisões da Organização Mundial do Comércio – OMC como prioritárias.

2.2. O Movimento Ambientalista no Brasil

No final da década de 70, o mundo se preocupava com a degradação ambiental iniciando um crescimento da consciência ecológica. Nesse período, pode-se dizer que foram implantadas as sementes do que viriam a ser o Movimento Ecológico Nacional, que já tinha alguma raiz no Rio Grande do Sul.

O primeiro brasileiro a ser praticante ecológico foi Henrique Luís Roessler. Oriundo de Porto Alegre e nascido no ano de 1896, era funcionário da Delegacia da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul. Em 1939, Henrique Luís manifestava-se em defesa da natureza, fazendo educação ambiental através de boletins. Algum tempo depois, conseguiu autorização do Ministério da Agricultura para fiscalizar a caça, a pesca e a poluição do Rio dos Sinos, atividade que realizava gratuitamente nos fins de semana. Insatisfeitos com suas denúncias sobre poluição, representantes dos curtumes se queixaram dele, e sua licença foi caçada.

Em 1º de janeiro de 1955, Henrique Luís fundou a União Protetora da Natureza – UPN, em São Leopoldo, que é considerada a primeira organização ambientalista do Brasil. Segundo Schmitt (1995, p. 86). Os principais objetivos da UPN eram:

- a) Combater a ignorância do povo em assuntos florestais;
- b) Orientar a juventude por intermédio de seus educadores;
- c) Propagar as idéias de conservação da flora e fauna nas colônias.

Em 27 de abril do ano 71, um grupo de profissionais liberais liderados pelo engenheiro agrônomo José Lutzemburger, funda em Porto Alegre a Associação Gaúcha de Proteção a Natureza – AGAPAN, considerada a primeira entidade ecológica ativista do Brasil.

Eduardo Viola, 1987, cita alguns dos principais pontos da Ata de Fundação da AGAPAN que são:

- 1) A preservação da fauna e da flora;
- 2) O combate à poluição e ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas;
- 3) A promoção da ecologia como ciência da sobrevivência;
- 4) E a difusão de uma nova moral ecológica.

Poucos meses depois, em 13 de julho, devido ao sucesso alcançado pela referida entidade, tanto na esfera nacional quanto internacional, foi fundada em São Leopoldo a segunda AGAPAN cuja área de atuação era local. Diferente da AGAPAN de Porto Alegre, seu trabalho só progride na década de 80, época na qual faz-se uma homenagem a UPN e AGAPAN (de Porto Alegre), e passou a se chamar UPAN.

A AGAPAN marcou a história do ecologismo no Brasil e no Rio Grande do Sul, por ser diretamente responsável por muitas conquistas sociais, favorecendo a qualidade de vida e a conservação de sítios naturais. É a partir da sua fundação, que começa as três décadas do ambientalismo brasileiro.

2.3. O Movimento Ambientalista em Pernambuco

Apesar de todo o movimento, e empenho dos ecologistas do sul do país, tentando promover a ecologia e criar uma consciência ecológica na população o mesmo só chegou a Pernambuco com quase uma década de atraso, para ser mais exato 1979. Foi nessa época que o referido movimento ganhou raízes na Região Nordeste, sendo Pernambuco o pioneiro e também difusor da temática ambiental para o resto da região.

Este movimento ambientalista pernambucano, encontrou a onda ecológica que invadiu o Brasil e que alcançou seu ponto alto com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ECO-92.

O assunto atingiu seu ápice na década de 80 com manifestações de rua e campanhas incisivas, seguida da motivação ecológica produzida pela ECO-92. Mas nos meados da década de 90 ocorreu um novo esfriamento na mobilização e institucionalização da temática ambiental.

2.4. Associa Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN

A Associação Pernambucana de Defesa da Natureza – ASPAN, foi a primeira entidade ambientalista do Estado, fundada em 5 de junho de 1979, na cidade do Recife, com cerca de 40 associados compostos por estudantes universitários, professores, profissionais liberais, e funcionários públicos. Sua finalidade, é promover eventos culturais e técnico-científicos no setor meio ambiente, compreendendo o homem e os outros seres vivos, incluindo o meio físico, o qual deve ser defendido pela atual e futuras gerações.

2.5. Sociedade Nordestina de Ecologia - SNE

A Sociedade Nordestina de Ecologia foi fundada em 1986 por ex-associados da ASPAN que desejavam ampliar sua área de trabalho na luta pela natureza, e buscar soluções alternativas para resolver o problema de forma coerente.

Suas áreas geográficas de atuação direta são os nove estados da região nordeste. Devido a sua grande abrangência a SNE aborda as mais diversas questões ligadas a temática ambiental. Dentro desta óptica, interage com a Sociedade Civil Organizada, através das ONGs ambientalistas, científica, de desenvolvimento e de comunidade base, visando apoiar e realizar, através do seu caráter científico, trabalhos em conjunto com universidades e órgãos oficiais de meio ambiente.

Para atingir seus objetivos, a SNE promove congressos, palestras, mesas redondas, seminários, workshops e cursos. Além de se posicionar publicamente assumindo posturas políticas como a defesa da qualidade de vida dos cidadãos e da natureza.

2.6. As Grandes Atuações

Com o derramamento de 1,4 milhões de litros de vinhoto, nos Rios Capibaribe e Pirapama, causando à morte de milhares de peixes, no ano de 1983. Este fato levou à realização de uma passeata que conseguiu mobilizar a população e punir os envolvidos, bem como a elaboração de um decreto que proíbe a acumulação do vinhoto nas destilarias.

Outra atuação relevante foi a campanha para a retirada do peixe-boi Chica do tanque localizado na Praça do Derby. Essa mobilização foi iniciada pela ASPAN e mexeu com toda a população.

Capturada em 1963, ainda filhote, em Ponta de Pedra, Chica viveu em um tanque de seu tamanho até 1970, quando foi comprada pela Prefeitura da Cidade do Recife e levada para a praça do Derby, onde se tornou uma das principais atrações da cidade.

Só em 1991, depois da instalação “Projeto Peixe-Boi”, na ilha de Itamaracá, e com lugar apropriado para colocar Chica, a ASPAN, fez uma denúncia ao Ministério Público, afirmando que o animal era mantido em cativeiro e em condições inadequadas, dando início a uma batalha entre o movimento ambientalista e a Prefeitura.

Acusações de que Chica era mal tratada apareceram, assim como a falta de higiene do tanque, mas a denúncia de maior peso foi a que falava da comunicação entre o tanque e o canal Derby-Tacaruna. Após um ano e um mês a ASPAN e o IBAMA, obtiveram a transferência do animal para o Centro do Projeto Peixe-Boi, em Itamaracá.

Além destas atuações que marcaram a história da luta do movimento ambiental no Estado, também foram motivos de mobilização a “intervenção ambiental do Porto de Suape” e a “caça à baleia na Paraíba”, entre outros.

3- Origem e Evolução da Mídia Impressa

3.1- Primeiros Passos

O primeiro passo para o aparecimento da imprensa escrita foi a invenção do papel pelo chinês Ts'ai Lun, no ano 105 a.c.. “Mas, só 1340 anos mais tarde, em 1450, Gutemberg inventando os caracteres móveis e o prelo, lançará as bases da imprensa na Europa”. (Letria e Goulão 1986, p. 10). No entanto, este processo já havia iniciado muitos anos antes.

“Até onde chega nosso conhecimento sobre a antiguidade, lá encontramos – em pedra, pau, metal, barro, concha, fibra e pele – o jornal, isto é, informação rudimentar de algum acontecimento contemporâneo conservado pelos símbolos”. (Rizzini, 1977, p. 3).

Para Letria e Goulão (1986), os escritos antigos mais semelhantes com o que hoje chama-se de jornal, são as Acta Diurna populi Romani publicadas em Roma a partir de 69 a.c., por determinação de Júlio César. Os principais acontecimento eram publicados numa tábua branca, chamada de álbum, e era pendurada no muro da residência do grande pontífice. De sua seqüência, surgem os Annales Maximi, conteúdo, segundo Rizzini (1977, p. 5) “os dois primeiros característicos do jornal – periodicidade e atualidade”.

Em meados do Século XII, surgem as “notícias”, folhas manuscritas, que continham informações úteis redigidas de acordo com os interesses dos banqueiros e comerciantes ricos, circulando na Itália com o nome de Avisi e na Alemanha como Zeitung.

3.2. Surgimento dos Primeiros Jornais

Com a invenção da tipografia por Gutemberg, cria-se as condições favoráveis à implantação e desenvolvimento da imprensa. Mas, é no fim do Século XV, que se multiplicam as impressoras com caráter empresarial, dando como resultado o surgimento dos primeiros periódicos impressos, no final do Século XVI. Na mesma época, já eram conhecidas as fogli d'avis e nottize scritte, que Rizzini (1977) chamava de gazetas manuscritas de assinatura.

O primeiro jornal a assumir importância social, surge em Londres, em 1622, com o título Current and General News. Nos anos seguintes aparecem publicações semelhantes em Viena, Praga, Berlim e Paris, mas a esta altura a publicação semanal não satisfaz a

necessidade de informações da burguesia. Fato este que provoca o surgimento do “primeiro jornal diário – o Einkommende Zeitugen – iniciou sua circulação em julho de 1650, mantendo-se em atividade cerca de dois anos”. (Letria e Goulão, 1986, p.13).

3.3. A Imprensa no Brasil

A imprensa chegou ao Brasil com três séculos de atraso, devido à forte pressão da administração portuguesa, que entendiam que a tipografia e o jornalismo eram uma ameaça para a colonização. Visto que a população culta se rebelaria para se livrar do domínio imperial.

Mas, com a vinda de D. João VI, para o Brasil, em 1808, Portugal não teve mais como impedir o aparecimento da tipografia, visto que, era daqui que o reino ia ser governado e precisava ter uma imprensa.

A imprensa foi instalada na residência real, onde iniciou o funcionamento da Imprensa Régia em maio do mesmo ano, visando “a publicação da legislação e dos papéis diplomáticos”. (Bahia, 1990, p.14).

O surgimento do primeiro jornal no Brasil é, ainda hoje motivo de discussão. Começa a circular no dia 10 de setembro de 1808, com o nome de Gazeta do Rio de Janeiro, era um periódico semanal de quatro páginas, ao início sem colunas e tinha como finalidade informar sobre a vida administrativa e a movimentação do Reino.

Por ser o único editado no Brasil, absorve a história de forma documental, através de editais, pequenos anúncios, leilões, atos do governo. Considerado oficialmente como o primeiro jornal do Brasil, torna-se mais tarde o Diário Oficial, funcionando ainda hoje.

3.4. A Imprensa em Pernambuco

Pernambuco, foi palco importante na história da imprensa brasileira. Aqui surgiu a primeira tipografia do Brasil, em 1706, na época esta arte gráfica era clandestina.

Recife também viveu sua fase semelhante ao Rio de Janeiro, em relação ao período anterior e posterior da independência. Frei Caneca e Cipriano Barata foram as figuras exponenciais do jornalismo pernambucano da época. O primeiro, com o Tifis Pernambucano, que fez do constitucionalismo o tema de sua pregação patriota raramente imitada em nossa história. O segundo, se apresenta como um revolucionário profissional, com suas denominadas sentinelas, que só o cárcere impediu de serem publicadas nas províncias por onde passou.

Cipriano Barata fundou a Sentinela da Liberdade (a primeira sentinela da liberdade na Guarita de Pernambuco é apontada como o segundo entre os jornais republicanos do Brasil) e depois o Moribondo, editado no Recife a partir de 25 de julho de 1882.

De 1823 até 1889, Sentinela circulam em todo o país como sinônimo de jornalismo de combate.

4. A Imprensa Atual

Na atualidade, na cidade do Recife circulam três jornais diariamente os mesmos são: Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco e Jornal do Comércio todos produzidos em formato de tablóide.

Esta seção é dedicada a contar um pouco da história destes periódicos, afim de verificar se em alguma época estes veículos se preocuparam com a cobertura jornalística ambiental e de que forma este processo aconteceu. Também fornecerá subsídios para contextualizar a mídia escrita na atualidade.

Segundo Liana John (1996), existe uma falta de cultura ambientalista na imprensa escrita, devido a que o meio ambiente nunca ocupou um lugar definido e estável dentro das páginas dos jornais.

“As reportagens sobre o tema, quando começaram a surgir, há pouco mais de vinte anos, ora se encaixavam na editoria de geral, ora em interior/cidades, ora na economia, muito raramente na política e, as vezes, nas páginas policiais” (John, 1996, p. 154).

4.1. Diário de Pernambuco

O Diário de Pernambuco, foi fundado por Antônio José de Miranda Falcão. Seu primeiro exemplar foi publicado no dia 7 de novembro de 1825, na época, Olinda ainda era a capital da província. Título que foi entregue a Recife em 15 de fevereiro de 1827.

É o jornal mais antigo em circulação da América Latina (176 anos de existência). Seu primeiro formato foi de 24,5 cm x 19 cm, como simples folha de anúncios.

Mas, seu fundador não desejava ficar apenas produzindo uma simples folha de anúncio, e desta forma foi sentando as bases para formação de um órgão de opinião, simultaneamente independente e noticioso. Esta é a primeira fase, do Diário, que se estende de 1825 a 1835.

A agitação política da época, cuja sociedade absolutista via na constituição um empecilho; o fato conflitante da abdicação do primeiro imperador e toda uma seqüela de motins e revoltas fizeram com que o Diário crescesse acompanhando as dores da nação.

Por outro lado, Miranda Falcão pagou o preço de seu idealismo, foi perseguido pela tirania, preso, censurado, espancado, mas deixou sua marca na história da imprensa pernambucana.

Em 1831, outra liderança assume a direção do Diário é a vez dos Figuerôas. Inicia aqui a segunda fase deste período, que perpassará todo o império e culminará no decênio inicial da República. Em 1835 ocorre a fusão deste jornal com o Diário da Administração Pública. Em editorial, Figuerôa afirma que a nova fase do jornal não deve ser interpretada como um desvio de rumo.

“Sempre pozemos a mira na felicidade geral e esta será nossa bússola. Não abraçaremos partido algum, nem advogamos senão o que nos parece honesto, e conforme os princípios da justiça, e certos, com páges, que só a lei e autoridade, e liberdade, que fora da lei não se encontra usurpação, e revolta, defenderemos sempre a causa da legalidade sem todavia apadrinharmos as malversões do poder”. (Apud Jambo, 1975, p. 33).

E como prometido, o referido jornal, não se afastou dessa linha, praticando um jornalismo moderado numa atmosfera conflitante. Para manter seu jornal imparcial das influências partidárias, Figuerôa (Apud Jambo, 1975) falou que “se alguma vez o Diário soltar um brado, será a bem dos interesses públicos”. Com esta opção pela independência da instituição, os leitores tinham como aprovar e reprovar as ações implantadas na época.

Nesta época o Diário, criou uma editora chamada ciência onde o cenário mundial era conhecido através de um noticiário internacional freqüente.

Em 1854, o Diário disputava com o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro, o título de jornal mais completo do império do Brasil.

Por outro lado, em 1859, o Diário ganha o formato do Times de Londres, e a mesma quantidade de páginas, iniciativa justificada pela posição geográfica da cidade que a coloca como “a mais oriental do Brasil, intermediária entre a Europa e outras cidades do Império”.

Em 1901, questões de natureza interna levaram o jornal a uma crise financeira, colocando o fim da era dos Figuerôas. O Jornal foi leiloadado em praça pública, sendo adquirido pelo Conselheiro Francisco Assis Rosa e Silva.

A partir desta época, o Diário passa vivenciar uma nova experiência. Seu novo diretor, Artur Orlando, resumia desta forma o pensamento dos novos donos: “A nova fase do Diário de Pernambuco outro sentido não tem senão o de adaptação fecunda ao gênio luminoso de seu tempo” (Jambo, 1975, p. 45).

O Jornal é submetido a reformas importantes, adquire equipamentos novos e modernos. Na sua redação aparecem nomes importantes dentre os quais pode-se citar Assis Chateaubriand, figura de relevância na história da imprensa brasileira.

Porém, este Jornal não era bem quisto pela política da época, de tal modo que foi invadido no dia 27 de fevereiro de 1912, com a participação dos militares. Ficou 11 meses fora de circulação, e quando reiniciou suas atividades, foi sob o comando dos Lyras. Assim, de 1913 a 1931, este jornal registra uma forte fase de transformação na esfera internacional como nacional. O cenário internacional vivenciou a Primeira Guerra Mundial, o início da Revolução Russa, a realidade de estruturação do novo cenário político, surgido no tratado de Versalhes.

A quinta fase do jornal é marcada pela Revolução de 30, onde mais uma vez a instituição muda de liderança.

Em sua longa jornada de existência o Diário de Pernambuco, já acompanhou e testemunho fatos marcantes não só história brasileira, bem como da imprensa. Contudo, seu momento mais difícil aconteceu em 1943, quando foi alvo da intolerância do Estado Policial, sofrendo invasão por defender a liberdade e a democracia.

Na década de 1980, com o surgimento do movimento ecológico no Estado, este Jornal abre espaço para a coluna “A Semana do Meio Ambiente”, mais teve curto período de vida.

Em 1992, com o advento da Eco 92, novamente o jornal prestigia o meio ambiente, lançando um caderno especial, para cobrir a Conferência. Logo após saiu de circulação.

Atualmente este jornal não reserva nenhum lugar especial para as notícias ambientais. Devido à diversidade de assuntos, essas matérias são inseridas em diferentes editorias tais como: economia, vida urbana, política etc.

4.2- Folha de Pernambuco

Foi fundada no dia 03 de abril de 1998, por Eduardo Monteiro. Desta forma, este jornal é o mais jovem da cidade, tendo apenas cinco anos de circulação. Sua história não pode ser comparada aos outros dois jornais, quanto à cobertura de fatos, mas com relação a sua atitude inovadora sim.

Sua linha de produção é considerada sensacionalista, voltada para um jornalismo mais popular.

O público alvo são leitores de menos poder aquisitivo, localizados nas camadas sociais C e D da sociedade. Este tipo de leitor, geralmente não compra jornal para se manter informado. Mas mesmo assim a Folha ganha credibilidade de seus consumidores.

Para enfrentar a situação a Folha criou recursos para chamar a atenção desse leitor, através de uma linguagem clara, textos pequenos e de fácil assimilação.

Proximidade dos problemas dessa classe social e desta forma veicular denúncias, bem como trazer a editoria de polícia, que é considerada num grande atrativo no mercado. Outro ingrediente que é considerado por seu público é seu preço baixo.

A referida editora, fez, que a Folha modifica-se o perfil dos seus usuários, forjando neles o hábito de ler jornal, como pode ser verificado nas estatísticas do Instituto Verificador de Circulação (IVC) que classifica a Folha como o segundo maior jornal em circulação pago hoje no Estado e terceiro colocado no Nordeste.

Com a linha editorial tipo Bandeira Dois (Programação de rádio matinal, que aborda os acontecimentos de violência da cidade), a editoria de polícia se torna a maior, tendo em seu quadro cerca de 10 jornalistas diariamente nas ruas.

É esta editora que faz a Folha ser um fenômeno de vendas avulsas na segunda-feira, seu dia de maior tiragem. Visto que neste dia o caderno de polícia é maior, devido a que junta tudo o que aconteceu no fim de semana.

Mesmo sendo o jornal mais popular da cidade, a Folha de Pernambuco, assim como o Diário de Pernambuco, não dispõe de um espaço específico para o meio ambiente. A temática ambiental é abordada numa de suas editorias, dependendo do foco e amplitude do assunto. De forma geral o tema é mencionado na seção aberta aos leitores, e sua linha de ação é a falta de saneamento básico, o lixo não recolhido pela prefeitura, o alagamento nas ruas, mau cheiro dos rios entre outros.

4.3. Jornal do Comércio

Foi criado no dia 3 de abril de 1919, pelos irmãos João e José Pessoa de Queiroz. Surgiu em época de campanha eleitoral (com Epitácio Pessoa para Presidente da República), tinha como lema “trabalhar para o Norte”, ideal que defendia.

Seu primeiro número circulou com 12 páginas, 7 colunas e possuía um tamanho maior que o atual. Na primeira página, uma única foto, a de Epitácio Pessoa, junto com seu plano de Governo. Nas páginas internas notícias da Paraíba, cotações e preços de alimentos, notas políticas, registro social e comentário internacional.

Em março de 1920 o jornal reduziu o seu tamanho. Nesse mesmo ano a empresa começou a publicar o Diário do Estado – hoje Diário Oficial. Em suas páginas apareceu a seção de polícia e de crônicas esportivas.

Em 1922, o Jornal do Comércio, silencia suas máquinas, devido à ameaça feita por Epitácio Pessoa, então Presidente da República, a quem o referido Jornal havia apoiado incondicionalmente durante a campanha. O motivo foi o clima de revolução civil que se instalou no Estado durante a eleição para governador.

Logo após, devido ao apoio dado a República velha, durante a revolução de 1930, liberais invadem e destroem o jornal que passa 4 anos sem circular.

Sua volta acontece em 30 de setembro de 1934, e a primeira edição foi publicada em dois cadernos, totalizando 40 páginas. A primeira delas, contendo anúncios impressos em cores.

Com a finalidade de fazer um jornal, apolítico, a empresa adotou como lema orientar as massas, noticiar, divulgar, incentivar as boas e as sãs idéias, comentar tudo, fomentar o desenvolvimento de todas as atividades lícitas e produtivas.

As primeiras fotos diárias a serem publicadas na capa do Jornal do Comércio referiam-se a notícias internacionais e foram veiculadas no dia 3 de julho de 1956. A iniciativa de colocar imagens na primeira página fez parte da reforma gráfica sob a direção de Esmaragdo Marroquim, desta forma o jornal ganhou uma nova reportagem e reduziu o tamanho de sua largura, de 41,5 cm para 35 cm. A altura foi mantida em 57 cm.

Nos anos 60 as matérias ganharam o lide e o sub-lide, cada um com 5 linhas respondendo as 6 perguntas do jornalismo moderno: O que, Quando, Quem, Onde e Porque, influência oriunda do Jornal do Brasil.

Buscando moderniza-se, repórteres e redatores são reciclados através de cursos de especialização. Além disso, o jornal criou um espaço para formação e incentivo dos repórteres amadores, a Central de Notícias.

Em 1967 modernizou mais uma vez e passou a ser o jornal de maior circulação do Nordeste.

Em 1987, o jornal pára mais uma vez (durante 36 dias), devido ao atraso no pagamento do salário dos funcionários e só recomeça suas funções depois de ser adquirido pelo grupo Bompreço. Um mês depois o JC volta a circular, com apenas 5 mil exemplares.

No dia 20 de junho de 1989, o JC publica a página intitulada Meio Ambiente, estava aberto o único espaço na mídia impressa recifense dedicado à questão ambiental até os dias atuais (Anexo 01, p. 85). A primeira matéria trazia uma entrevista com o cantor Gilberto Gil, fundador do Movimento Onda Azul. (Anexo 01, p. 82)

Nesta primeira edição foi revelado que a cobertura não se restringiria à abordagem de temas locais: trazia reportagens sobre o acidente com o césio-137 em Goiana, e sobre a possibilidade da Antártida ser transformada numa reserva internacional.

Dois dias após era publicada a página Ciência e Tecnologia com uma reportagem sobre inseticida para combater a praga do soldadinho da graviola. No início as meterias sobre Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia eram publicadas em dias alternados “após alguns meses vimos que a alternância envelheceria as notícias”, informou o Jornalista Antônio Portela. A iniciativa é única em Pernambuco e pioneira no Norte-Nordeste (Anexo 01, p. 78).

5. Metodologia

5.1. O Objeto de Estudo

Diante do volume de jornais produzido no período de dez anos (1989-1999), ficou difícil poder revisar todas as matérias concernentes a meio ambiente, visto que a produção atingiu a soma de 3.650 jornais no período antes citado.

Assim optou-se por selecionar uma amostra de 100 jornais por ano, dando um total de 1.000, para o estudo em questão.

Feito esta escolha inicia-se o processo de leitura e catalogação das informações necessárias para a elaboração do trabalho. Tendo como parâmetros básicos duas linhas de ações:

- 1ª- Uma análise quantitativa do material selecionado visando atingir três objetivos básicos:
 - a) Construir um perfil histórico da produção de notícias sobre meio ambiente, no intuito de visualizar o espaço que o tema ocupou neste meio de comunicação (JC) no período estabelecido.
 - b) As notícias veiculadas pelo Jornal do Comércio na coluna Ciência/Meio Ambiente, foram produzidas por jornalistas ou pesquisadores.
 - c) Identificar a origem da notícia, e a que público alvo se destina a coluna Ciência/Meio Ambiente.

- 2ª- Uma análise qualitativa de uma amostra de matérias jornalísticas, objetivando extrair aspectos significativos acerca da flora, fauna, avifauna, política ambiental, gestão ambiental, estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental EIA/RIMA.

5.2. Perfil Histórico da Coluna Ciência/Meio Ambiente – CMA do Jornal do Comércio/PE.

A idéia de criar uma editoria específica para esse tipo de assunto surgiu do jornalista Antônio Portela, na época editor da primeira página, cuja consciência sobre o papel da imprensa “ia muito além do simples informar”. Depois de aceita e aprovada a idéia pela direção foi indicado o próprio Portela como responsável pelo projeto tendo como apoio uma equipe de estagiários. Essa nova página tinha como compromisso a qualidade de vida dos cidadãos.

Com o decorrer dos anos 90 as questões ambientais foram aos poucos deixadas de lado, o modismo da década anterior dava sinal de enfraquecimento. Tal situação se refletiu também na cobertura jornalística, pois cada dia que se passava a causa ecológica perdia espaço nas páginas dos jornais.

Neste período, várias editoras criadas no “Boom” do movimento ambientalista foram fechadas, chegando inclusive a ser cogitada a hipótese da extinção da editoria Ciência e Meio Ambiente do Jornal do Comércio. A CMA tinha na época completado seis anos e nesse ínterim se estabeleceu como espaço fixo e diário no jornal.

Sua cobertura seria diluída dentro das outras editorias do JC, como acontece na maior parte da mídia impressa atual. Mas, devido a manifestação do público e, principalmente, das fontes, a direção do jornal optou por manter a CMA, visto que se tratava de um produto pioneiro no norte e nordeste e diferenciado em relação aos concorrentes.

Mesmo com a decisão favorável a manter a editoria Ciência/Meio /ambiente, seu espaço foi reduzido de uma para meia página, com publicação de terça à domingo. Apesar disto, pouco tempo depois o JC teve o primeiro retorno ao investimento que fez ao permanecer com a CMA. Em 1997 o jornal do comércio ganhou o 17º prêmio José Reis de divulgação científica na categoria instituição.

Premiação concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a jornalistas, cientistas e instituições como reconhecimento à qualidade do trabalho de divulgação de temas científicos e tecnológicos (Anexo 01, p. 89).

Desde novembro de 1996 a CMA está vinculado à editoria de cidades, ficando portanto sob a coordenação de seu editor. A equipe da CMA, é formada por uma

subeditora, uma repórter e um estagiário mas, no caso de grande cobertura recebem apoio dos outros repórteres da editoria.

A produção de notícias da CMA, é realizada exclusivamente por jornalistas e tem como principal fonte de informação os pesquisadores das universidades Federal e Rural, fundações como a Joaquim Nabuco, e ONGs como a Sociedade Nordestina de Ecologia – SNE, Associação Pernambucana de Defesa da Natureza – ASPAN, Centro José de Castro, Centro Sabiá entre outras.

A prioridade desta coluna é dar maior destaque a ciência e as questões ambientais referentes a Pernambuco (público alvo). É intenção do jornal mostrar a seus leitores que o Nordeste também pode ser conhecido por muito mais do que a seca e a miséria do seu povo. Mas isso não impede que as matérias e agências nacionais e internacionais ocupem um lugar privilegiado, se o assunto assim merecer. É desta forma que a coluna da CMA foge a rotina e oferece ao leitor matérias originais (Anexo 01, p. 75-78, 85).

5.3. A Produção da Notícia

A análise quantitativa da produção de notícia sobre a questão ambiental, objetiva avaliar o espaço que o tema ocupou ao longo do período pesquisado, os assuntos mais abordados e as principais fontes de informação, subsidiando desta forma uma visão global do comportamento do jornal no período estudado.

Esse estudo torna-se de maior significado na medida em que se potencializa o fato de que o acesso e a ocupação de um espaço nesses meios é de resultado da junção de fatos econômicos, políticos e ideológicos. Como ressalta Ciro Marcondes (1986), “informação é valor, é poder, é status”. Baseado em Marx. O referido autor afirma que a notícia na sociedade capitalista é produzida para um mercado real e encerra em si uma dupla dimensão de mercadorias: o valor de uso e o valor de troca. Para ser atraente como mercadoria é essencial que a “matéria-prima informação” seja elaborada em “notícia”, com as devidas implicações de ordem política e ideológica.

A produção de um exemplar de jornal encerra a ocupação de um espaço finito, um certo número de páginas com um determinado custo. A decisão do editor de ocupar uma fatia do espaço disponível com uma notícia é contemplada por uma expectativa de uso e de troca, dentro de uma expectativa que envolve, por um lado, despertar e manter a o

interesse do leitor e, por outro lado garantir o anunciante que representa a receita para o jornal mais que, por sua vez só continuará anunciando enquanto houver leitor. Essa dinâmica dificulta fortemente o acesso aos jornais. Sendo assim é muito difícil para um cidadão comum ou para uma pequena associação que não tem relações dentro da redação se fazerem publicar. Ou paga um valor significativo por um pequeno espaço, ou manda uma carta para seção de leitores e se submetem ao processo seletivo do editor (que obviamente vai julgar o interesse da informação de acordo com os critérios próprios).

Diante desta realidade acredita-se que a medição do espaço que um jornal dedica a um determinado tema é de extrema importância, uma vez que o espaço vale dinheiro, significa poder, porque contém informações que atingem e influenciam muitas pessoas, tem força de persuasão, de convencimento. Juntamente com o estudo do conteúdo da mensagem, a frequência com que um determinado assunto é veiculado é um dado preponderante no processo de entendimento do meio e seus reflexos na sociedade.

Outra questão importante é a pesquisa da fonte que é um complemento relevante no estudo do meio, pois permitem elaborar a trajetória da informação a partir de suas principais bases geradoras, estabelecendo ligações entre a informação que conquista espaço nos jornais e aos elementos, facções da sociedade e do mundo que estão tendo acesso aos meios de comunicação de massa e se fazendo representar por esse espaço. No âmbito deste estudo a pesquisa de fonte de informação foi restrita ao Jornal do Comércio especificamente a coluna do meio ambiente.

5.4. Pesquisa no Jornal Impresso JC

O levantamento das notícias sobre meio ambiente veiculado pela coluna CMA foi realizada por mês e ano após ano até cobrir o período em estudo, selecionando os ícones do meio ambiente: flora, fauna, avifauna, política ambiental (leis), educação ambiental, gestão ambiental e Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. No intuito de visualizar o espaço ocupado pela temática ambiental no período em questão.

O levantamento das matérias citadas envolveu a análise de exemplares (aproximadamente 1/3 da produção total), publicados de 20 de junho de 1989 a 20 de junho de 1999, perfazendo um total de 10 anos e análise de 1.200 jornais.

5.5. Tabulação de Dados

Os dados quantitativos da pesquisa estão contidos no quadro 01 a seguir:

Quadro 01

ITENS	ANO										
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
FLORA	48	25	15	53	35	26	29	33	31	32	29
FAUNA	60	37	27	41	30	22	20	22	25	41	42
AVIFAUNA	12	9	6	17	10	7	8	5	4	13	9
POLÍTICA AMB.	0	0	1	10	7	3	1	0	2	18	11
EDUCAÇÃO AMB.	1	0	2	7	3	1	0	1	0	4	1
GESTÃO AMB.	0	0	1	5	2	0	0	1	1	7	3
EIA/RIMA	1	0	0	2	1	0	0	1	0	0	0

Fonte: Jornal do Comércio de 1989-1999, da coluna CMA..

5.6- Gráficos da pesquisa

Percentual dos Ícones do Meio Ambiente Veiculados pela Coluna Ciência/Meio Ambiente do Jornal do Comércio.

Gráfico 1

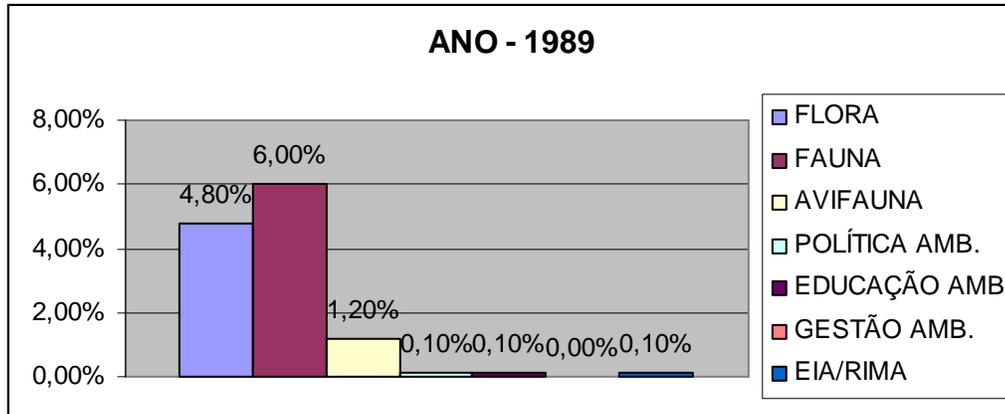


Gráfico 2

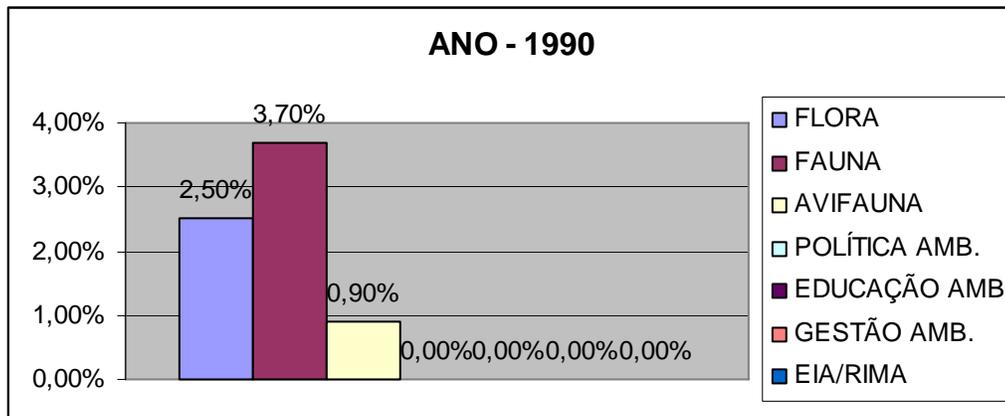


Gráfico 3

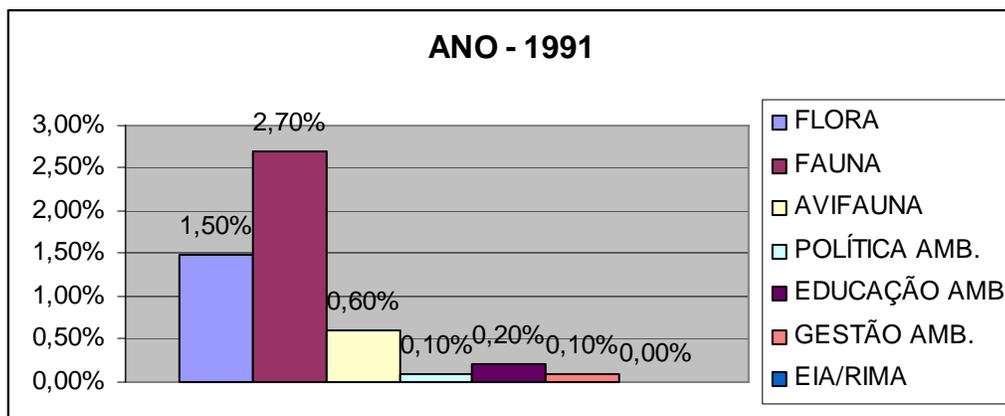


Gráfico 4

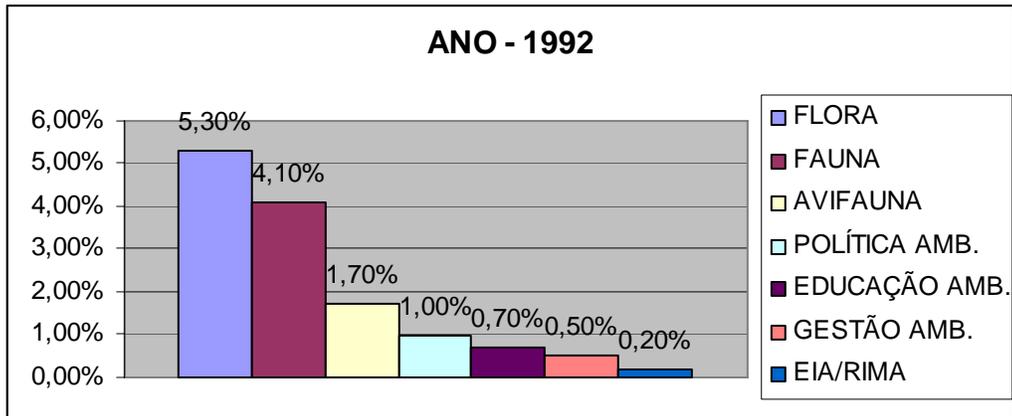


Gráfico 5

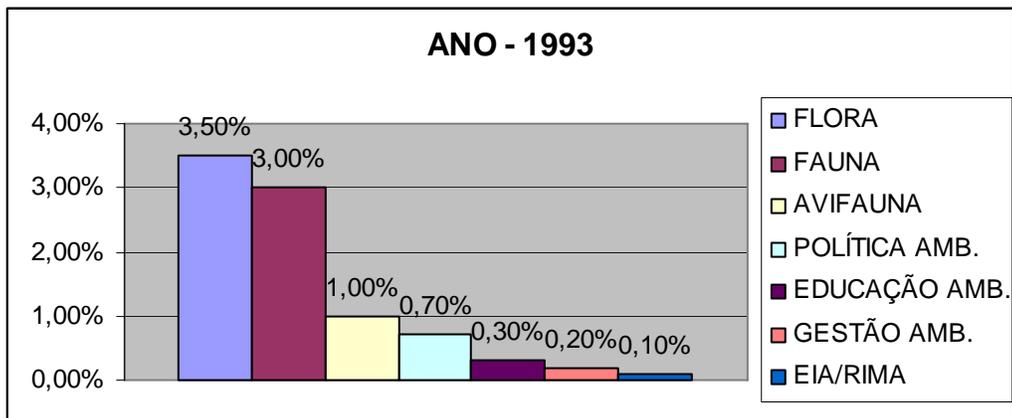


Gráfico 6

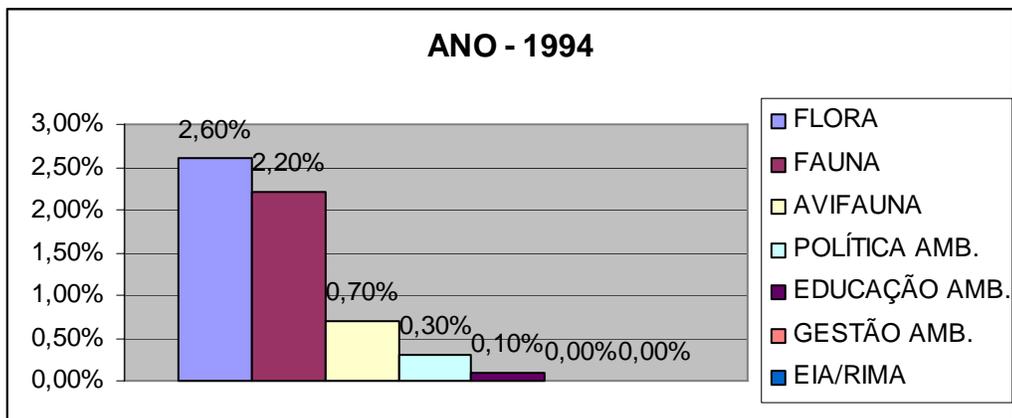


Gráfico 7

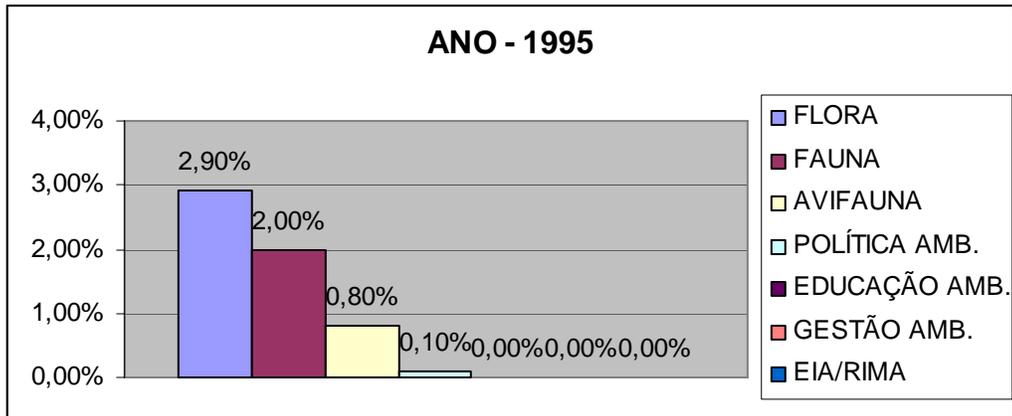


Gráfico 8

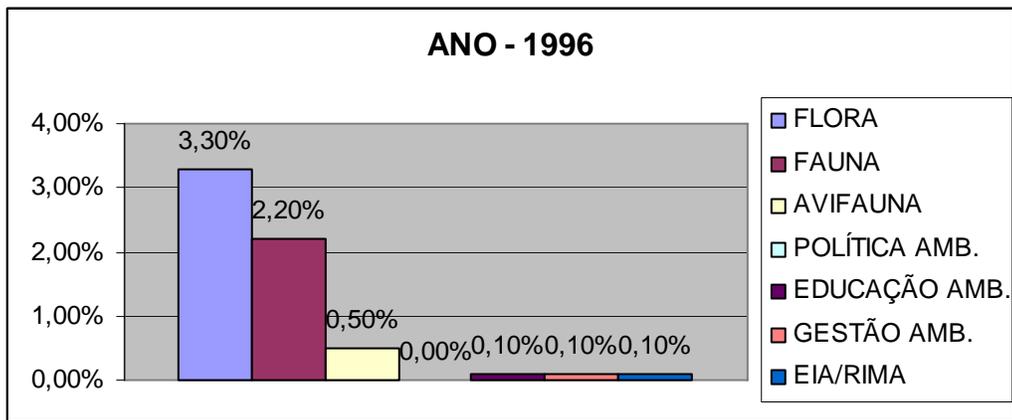


Gráfico 9

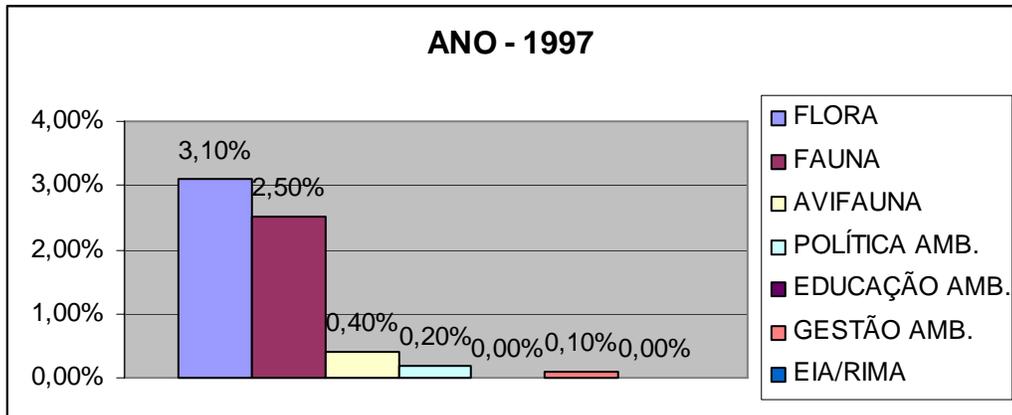


Gráfico 10

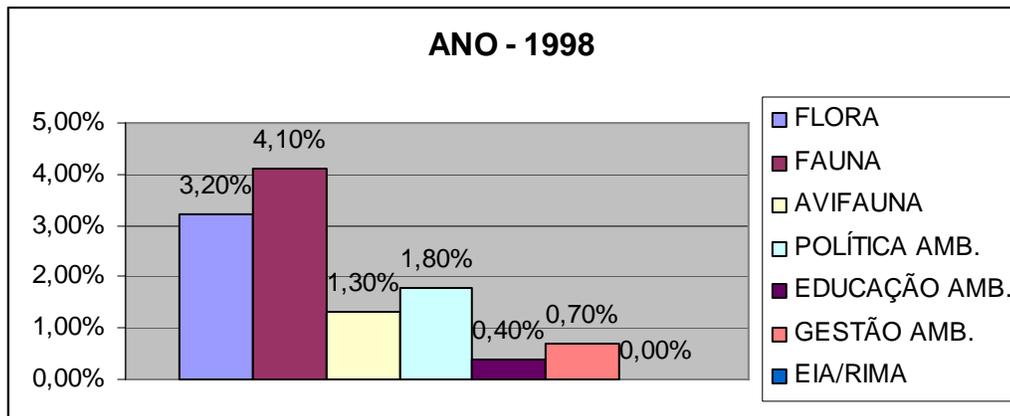
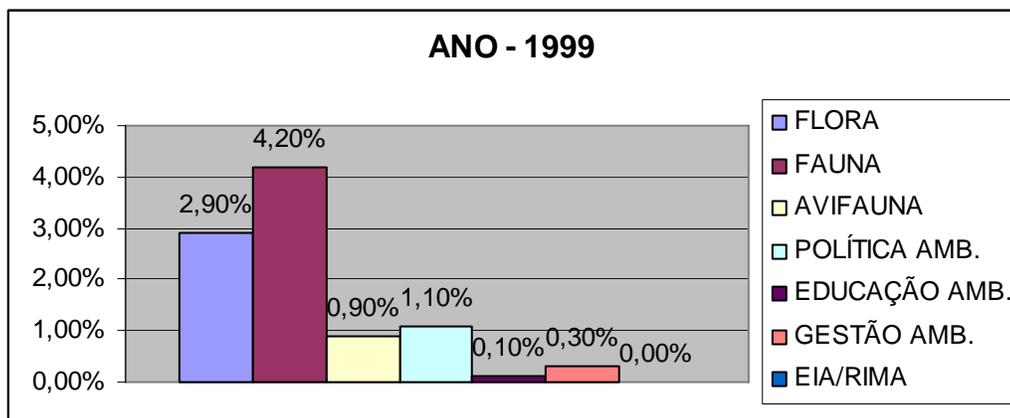


Gráfico 11



5.7- Assuntos Mais Abordados

Para a realização do estudo, foram selecionados os ícones do meio ambiente, conforme gráficos, visto que, na leitura do cenário ambiental atual, representam as bases para se atingir o equilíbrio dos diferentes ecossistemas que formam o planeta Terra.

Os tópicos mais abordados na pesquisa foram: a flora, a fauna e avifauna, sendo destaque do estudo a fauna, com um percentual acumulado de 36,7% no período de 10 anos. Na seqüência aparece a flora com 35,6% e a avifauna com 10%, percentual acumulado no referido período.

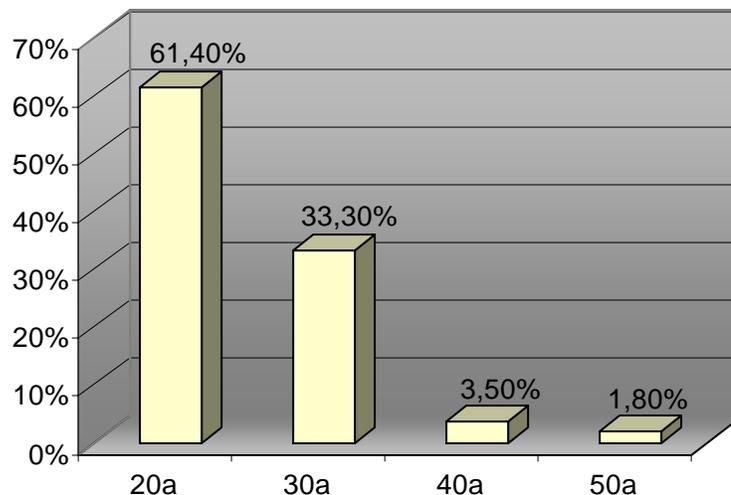
Os outros itens apesar de serem de grande relevância para o tratamento dos conflitos ambientais foram abordados da seguinte forma: política ambiental 5,4%, educação ambiental com 2,0%, gestão ambiental com 2,0% e EIA/RIMA 0,5%.

5.8- Questionário

A fim de verificar o grau de conhecimento da população recifense a respeito da questão ambiental, baseado no interesse da leitura da coluna de Ciência/Meio Ambiente – CMA, do Jornal do Comércio. Foi aplicado um questionário a um grupo de 59 estudantes, os quais podem ser considerados potenciais leitores de jornais, visto que são todos estudantes da área de advocacia, com o intuito de obter resultados estatisticamente plausíveis com relação ao objetivo proposto. Uma vez que se estes estudantes com certo grau de instrução, não possuem conhecimento a respeito da referida coluna, pode-se argumentar que o desconhecimento ou desinteresse é de forma geral.

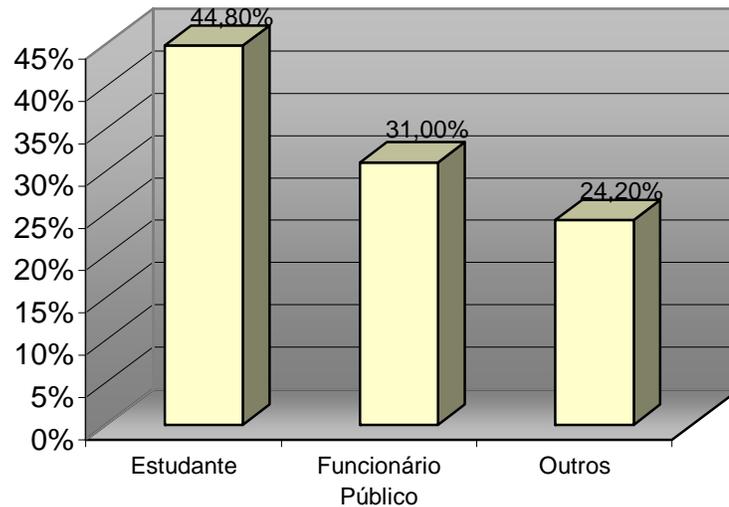
O perfil dos entrevistados esta refletido nos gráficos a seguir:

Gráfico 12 - Percentual de Entrevistados por Faixa Etária



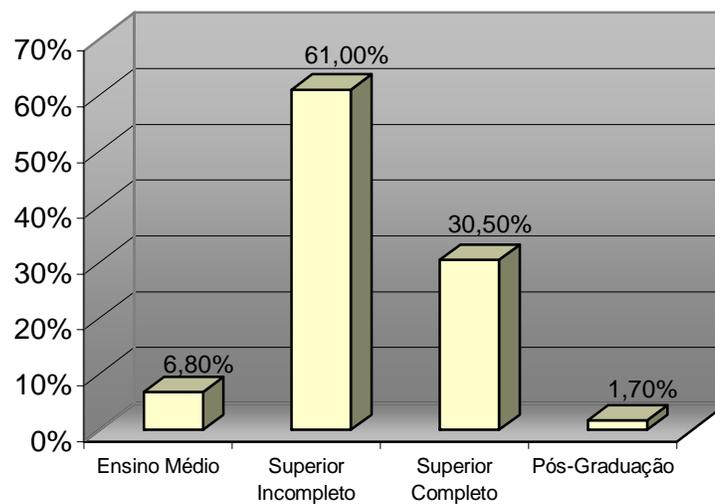
No que se refere a faixa etária dos entrevistados, pode-se observar, através do Gráfico 12, que a maior parte dos entrevistados concentrou-se nas faixas de 20 e 30 anos, apontando um percentual de 61,40% para a faixa de 20 anos e 33,30% para a faixa de 30 anos. A faixa de 40 anos atingiu um percentual de 3,50%, e a faixa etária de 50 anos alcançou um percentual de 1,80%, tendo-se desta forma um universo de quatro faixas que permite estabelecer uma relação de conhecimento da CMA na população recifense.

Gráfico 13 - Percentual de Entrevistados por Ocupação



O Gráfico 13 ilustra as duas principais classes de ocupação dentre os entrevistados, que foi de estudantes, com 44,80% de participação no total da amostra, e de estudantes/funcionários públicos, com 31,00% de participação. O restante 24,20% são do setor autônomo e profissionais liberais.

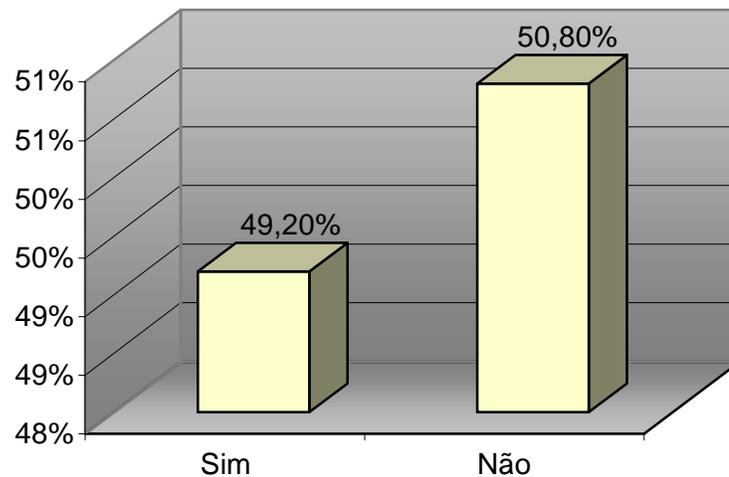
Gráfico 14 - Percentual de Entrevistados por Escolaridade



Observa-se que a maior parte dos entrevistados foi de estudantes, sendo os mesmos potenciais leitores de jornais, onde constatamos através do Gráfico 14 que se trata de

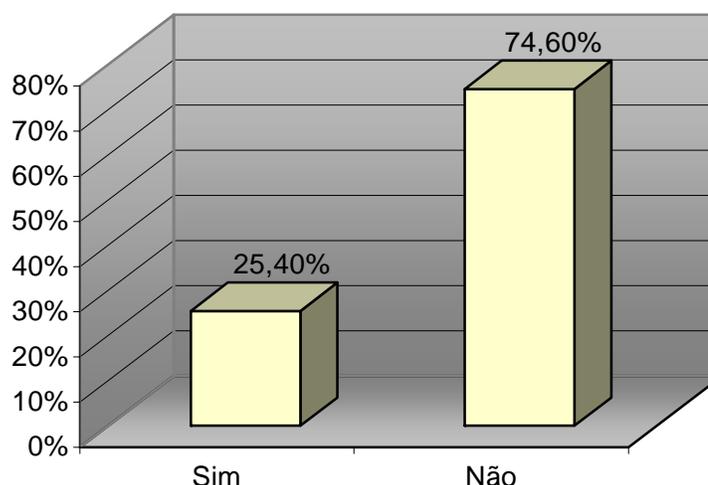
estudantes de nível superior incompleto, com uma participação de 61,00% no total. O segundo grupo de maior participação trata-se de profissionais de nível superior completo, com uma representação de 30,50%, nota-se uma minoria de profissionais na área de pós-graduação, pois atingiu um percentual de 1,70%.

Gráfico 15 - Percentual de Entrevistados por Leitura Diária de Jornal



Após a descrição do perfil dos entrevistados, serão abordadas agora questões mais específicas, no que diz respeito ao nosso principal interesse. A primeira delas se refere ao percentual de entrevistados que tem como hábito a leitura diária de jornal, neste sentido pode-se observar, no Gráfico 15, que praticamente mais da metade dos entrevistados, 50,80%, afirmam não possuir tal hábito. Apenas 49,20% confirmam fazer a leitura diária do jornal. Fato este que revela a pouca leitura da população de estudantes recifenses.

Gráfico 16 - Percentual de Entrevistados por Conhecimento da coluna de CMA



A segunda questão mais específica e que sustenta o nosso principal interesse é a do conhecimento da coluna da CMA. Quando questionados a respeito disto, apenas 25,40% dos entrevistados afirmaram possuir algum conhecimento a respeito da coluna. E 74,60% a desconhece. No grupo dos 25,40% de entrevistados que possuem algum conhecimento sobre a coluna da CMA, podemos verificar, através do Quadro 2, que eles conhecem a coluna em média há aproximadamente 3 anos. No entanto uma boa parte deles afirmaram conhecê-la há 1 ano.

Quadro 2 – Sumário Estatístico do Tempo de Conhecimento da Coluna de CMA

Estatísticas	Tempo de Conhecimento (meses)
Média	34
Mediana	36
Moda	12

Fonte: Entrevista – Faculdade de Direito do Recife

Apenas 10,17% dos entrevistados emitiram alguma opinião ou sugestão a respeito da coluna da CMA. Dentre tais opiniões podemos destacar como mais freqüente a de que seu espaço é muito curto e que suas matérias poderiam ser tratadas com maior profundidade. Pois, de uma maneira geral, acreditam ser muito importante o fornecimento de informações sobre pesquisas e temática ambiental.

Os resultados acima apresentados apontam para o fato de que a questão ambiental, não é uma prioridade para a população recifense, baseado na pesquisa em que as pessoas que costumam ler jornal, em sua grande maioria, não têm sequer conhecimento sobre uma coluna do Jornal do Comércio inteiramente dedicada a este fim. “Que dizer das pessoas comuns ou leigas no assunto!”

5.9. Discussão dos Resultados

Os resultados obtidos na análise quantitativa, permitem visualizar o comportamento e tratamento dado à questão ambiental pelo jornal impresso JC, especificamente na coluna CMA, a respeito da produção e veiculação de notícias referentes ao meio ambiente.

O perfil histórico reflete que a questão ambiental perde espaço para a ciência e tecnologia ao longo de todo o período estudado, numa relação aproximada de 70% para ciência e tecnologia e 30% para o meio ambiente. Isto fica evidente no quadro 01, que mostra as variações de notícias de ano para ano durante o período estudado. Apenas os itens flora, fauna e avifauna mantém uma certa frequência no período pesquisado. Os outros itens apenas são citados esporadicamente na pesquisa realizada, sendo o ano de 1992 o destaque em todo período pesquisado, devido a realização do Eco-92.

Com relação a produção da notícia ficou evidente que são os jornalistas do JC, que a produzem, tendo como agentes colaboradores, pesquisadores de universidades, fundações, bem como ONG's ligadas ao setor.

Isto garante a veracidade da informação e sua aceitação no mercado de leitores. O público alvo a ser atingido desde o início do lançamento da editora CMA, foi o público em geral, fato este que favorece que a notícia seja escrita de forma muito superficial, visto que as pessoas leigas não entenderiam caso se empregar um linguajar mais técnico sobre o assunto.

O conteúdo da notícia é relevante, mais fica truncada de certa forma devido à forma como deve ser apresentada ao leitor em geral.

A abrangência da informação é do local ao internacional, observando-se que há uma preferência pelo local, por parte da instituição JC.

A predominância dos assuntos estão voltados para a questão de fauna, flora e avifauna, isto no setor ambiental, mais na verdade, a predominância de informação está voltada para a ciência e tecnologia, é uma postura institucional do JC.

5.10. Análise Qualitativa

A análise qualitativa, nas matérias veiculadas pela CMA do JC, fica comprometida devido as seguintes variáveis: espaço na coluna muito restrito, a falta de capital humano especializado na área ambiental e a crise econômica imposta pelo mercado, fazem com que as notícias veiculadas sejam curtas, superficiais, pouco comentada e elucidada para o leitor.

Mas isto não significa que as mesmas não sejam importantes, pois, todas tem uma mensagem, que si bem interpretada podem se tornar uma “semente valiosa” para o despertar da consciência ambiental na sociedade recifense.

Reafirma-se que, os valores, preferências e intenções estão voltada para a ciência e a tecnologia, sendo compreensível tal postura, visto que esta pressão deriva do mercado atual, que se alimenta do consumismo e aparência da sociedade.

6. Conclusão

A avaliação quantitativa da produção e veiculação de notícias sobre a questão ambiental, na coluna do CMA do JC, revelou que os assuntos referentes ao meio ambiente, vêm recebendo uma cobertura isolada e de certa forma fragmentada por parte deste meio de comunicação de massa. Enquanto durou a febre do modismo ambiental na década de 80 e 90, todos os meios de comunicação possuíam espaço e até caderno para veicular informações referentes à questão ambiental.

Passada esta onda todas as editorias foram fechando seus espaços principalmente logo após a culminação da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, a Rio-92 que muita ênfase colocou nas ameaças à qualidade de vida na terra, ressaltou a importância da preservação ambiental e a urgente necessidade de se buscar novas alternativas de desenvolvimento, que sejam menos nocivas e impactantes ao meio ambiente. Mas logo concluído o referido evento, essa temática foi praticamente esquecida como se os conflitos ambientais não existissem. A impressão que fica é que a sociedade local e global, foi atingida por uma super dose de conflitos ambientais durante a Rio-92, para logo iniciar uma fase de esquecimento e apatia pela temática ambiental na esfera nacional e global.

A pesquisa constata que o espaço ocupado por notícias ligadas ao meio ambiente hoje nos jornais locais é quase inexistente com a exceção da cobertura jornalística realizada pelo CMA, pois tanto o Diário como a Folha de Pernambuco só cobrem o fato se houver um desastre ou se sua abrangência for muito ampla. Como não possuem lugar específico para o meio ambiente, tais notícias esporádicas são publicadas em algumas de suas editorias.

Outra constatação revelada na pesquisa é a diminuição pela metade da página CMA, devido à crise do papel que por ser comprado em dólar inflacionou muito o custo do jornal, obrigando à direção do jornal a diminuir todo seu tamanho.

O jornal na atualidade, é uma empresa voltada para o lucro, funcionando com seu espaço físico definido em função de seus anúncios. Isso limita o jornalismo de investigação ambiental e, como a temática fica cada vez mais complexa se torna difícil aborda-la de forma completa dentro da notícia, principalmente quando o tema não tem continuidade.

Na atualidade mesmo com o pouco espaço o CMA já atingiu o patamar de ser citado como referência em jornalismo ambiental, prestígio obtido ao longo de seus dez anos de existência. Neste espaço de tempo adquiriu credibilidade em diversos setores da sociedade destacando-se dentre outros a comunidade científica do estado.

Finalmente a pesquisa conclui fazendo um chamado para a renovação na postura profissional dos novos e atuais jornalistas para que percebam os cuidados com o meio ambiente como um compromisso de cidadania, como um ente que deve ser respeitado, pois é a partir de seu equilíbrio que se garante a qualidade de vida da sociedade e do planeta chamado Terra.

Referências Bibliográficas

1. ACOT, Pascal. A História da ecologia. 2.ed. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Campus, 1990. Tradução de Histoire de l'écologie.
2. ALCINA, Miquel Rodrigo. La Construcción de la Noticia. Ed. Paidós, 1989.
3. ALLAIS, C., O Estado do Planeta em Alguns Números, em Barrere, M., Terra, patrimônio Comum, São Paulo: Nobel 1992, 243-51.
4. AUER, A. Umwelt Ethik. Düsseldorf, Patmos, 1985; JONAS, H. Das Prinzip Verantwortung. Frankfurt, Suhrkamp, 1984.
5. BAHIA, Juarez. Jornal, História e Técnica: As Técnicas do Jornalismo. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990a.v.2.
6. BATESON, G. Mind and Nature. A Necessary Unity. New York, Dutton, 1979.
7. _____. Jornal, História e Técnica: A História da Imprensa Brasileira. 4.ed. São Paulo: Ática, 1990b. v.1.
8. BOFF, Leonardo. Ecologia: grito da terra, grito dos pobres. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
9. BOOTH, W. C. 1992[1978]. A Metáfora como Retórica: o problema da avaliação. In Sacks, S. (org.) Da Metáfora. São Paulo, Pontes, pp. 53-75.
10. BUENO, W. da C. 1984. Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente. Tese de Doutorado Eca/USP, p. 12-13.
11. BUENO, W. da C. 1984. Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente. Tese de Doutorado Eca/USP, p. 14-15.
12. BUENO, W. da C. 1984. Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente. Tese de Doutorado Eca/USP, p. 19.
13. BUENO, W. da C. 1984. Jornalismo Científico no Brasil: os compromissos de uma prática dependente. Tese de Doutorado Eca/USP 365p.
14. BURKETT, W. 1990[1929]. Jornalismo Científico: como escrever sobre ciência, medicina e alta tecnologia para os meios de comunicação. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

15. CALVO HERNANDO, M. 1982. Civilización Tecnología e Información – El periodismo Científico: misiones y objetivos. Barcelona, Editorial Mitre.
16. CALVO HERNANDES, M. 1982. Periodismo Científico. Madrid, Editorial Paraninfo.
17. CARVALHO, A. P. 1996. O Concreto e o Abstrato no Jornalismo Científico Brasileiro: Superinteressante e Globo Ciência. Anais do 5º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico. Belo Horizonte: pp.43-47.
18. CHAPARRO, M. C. 1993. Jornalismo Científico Vive Fase de Contradição no Brasil. São Paulo: (mimeo), 18p.
19. DENCKER, Ada de F. M.; KUNSCH, Margarida Maria K. Comunicação e Meio Ambiente. São Paulo: Intercom, 1996. n.5, 218p.
20. ERBOLATO, Mário L.. Jornalismo Especializado. São Paulo: Atlas, 1981.
21. FERREIRA, Aurélio B. de H.; et al. Novo Dicionário Aurélio. 2.ed.ver.ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
22. FERRI, Mário G. Ecologia Geral. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
23. FOLHA DE S. PAULO. 1984. Manual Geral da redação. São Paulo: F.S.P.
24. FUCHS, C. 1982. La Paraphrase. Paris: Presses Universitaires de France.
25. HARVEY, A.. 1997. El Discurso Reformulado de Divulgación Científica. La Plata. (mimeo). 15p.
26. JAMBO, Arnaldo. Diário de Pernambuco: História e jornal de 15 décadas. Edição Comemorativa do Sesquicentenário. Recife: O Cruzeiro, 1975.
27. JOHN, Liana. Imprensa Especializada: Um Papel Ainda Incerto na Educação Ambiental. In: TRAJBER, Rachel,; MANZACHI, Lúcia H. Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos. São Paulo: Gaia, 1996. p.153-172.
28. JUNIOR, Arlindo & Pelicioni, Maria Cecília. Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos. 1ª. ed. São Paulo: Signus, 2000.
29. KNELLER, G. F. 1980. A Ciência como Atividade Humana. Rio de Janeiro, São Paulo: Zahar/Edusp.
30. LAGO, Antonio & Pádua, José. O Que É Ecologia. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
31. LAGO, Antônio,; PÁDUA, José A.. O Que é Ecologia. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
32. LAKOFF, G. & JOHNSON, M. 1991. Metáforas de la Vida Cotidiana. Madrid, Catedra.

33. LETRIA, José J.; GOULÃO, José. Noções de Jornalismo. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.
34. LUTZENBERGER, J. A. – Fim do futuro? Porto Alegre: Montevideo, 1980.
35. McCORMICK, John. Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha; Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1992.
36. MEADOWS, D. et al, São Paulo: Perspectiva, 1972.
37. MOLTSMANN, J., Die Entdeckung der Anderen. Zur Theorie des Kommunikativen Erkennens, em Evangelische Theologie, n. 5, 1990, 400-14.
38. MOSER, Antonio. O Problema Ecológico e Suas Implicações Éticas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
39. NAESS, A., Ecology, Community and Lifestyle, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1989.
40. NELSON, Peter. Dez Dicas Práticas para Reportagens de Meio Ambiente. Reston: The Center for Foreign Journalists, 1994.
41. ODI, Emi P.. Análise do Discurso: princípios e Procedimentos. Campinas: Pontes, 2000.
42. RAMOS, Luis. Meio Ambiente e Meios de Comunicação. São Paulo: ANNABLUME, 1995.
43. RIZZINI, Carlos. O Jornalismo antes da Tipografia. São Paulo: Nacional, 1977.
44. ROSSI, Clovis. O Que é Jornalismo. São Paulo: Brasiliense, 1998.
45. SODRÉ, Nelson W.. A História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Mauad, 1966.
46. VIEIRA, C. L. – A Responsabilidade de Divulgar Ciência. Ciência Hoje. 82:45, 1992.
47. VILLAR, Roberto. Jornalismo Ambiental. Recife, 19/03/2001. Entrevista cedida a Ana Flávia Albuquerque.
48. VIOLA, Eduardo. O Movimento Ecológico no Brasil (1964-1974): Do Ambientalismo à Ecológica. In: PÁDUA, José Augusto. Ecologia e Política no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Espaço Aberto, 1987. p.62-109.
49. _____. A Problemática no Brasil (1971-1991): Da Proteção Ambiental ao Desenvolvimento Sustentável. 1.ed. São Paulo: Polis, 1992.
50. WALDMAN, Maurício. Ecologia e Lutas Sócios no Brasil. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

ANEXO I
Fatos que Marcaram os 10 anos
de Ciência/Meio Ambiente



ANIVERSÁRIO

10 anos falando de ciência e meio ambiente

A ciência, tecnologia e meio ambiente ganharam as páginas do Jornal do Commercio há exatos 10 anos. Desde o dia 20 de junho de 1989, os leitores passaram a encontrar diariamente um espaço dedicado ao curioso e fascinante mundo da ciência e da ecologia. Ficaram sabendo, por exemplo, como o homem é capaz de ir tão longe, estando a um passo da colonização espacial, e ainda ignorar que as matas não devem ser derrubadas ou queimadas, sob risco de ficarmos sem água. Para comemorar a data, o JC publica reportagens sobre os avanços científicos e tecnológicos de Pernambuco nesses 10 anos, bem como um diagnóstico de situação das reservas ecológicas do estado. Você vai rever ainda as primeiras matérias publicadas por Ciência/Meio Ambiente. Lembrando a máxima ambientalista, o JC pensou global e agiu localmente, informando sobre como os cidadãos podem ter mais qualidade de vida.



Pernambuco é líder em pesquisas no Nordeste

Os recursos destinados à ciência e tecnologia em Pernambuco ainda são insuficientes, mas isso não impede que o estado assuma a liderança no setor no Nordeste. De acordo com os indicadores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), aqui há mais bolsistas que nos outros estados da região.

Na opinião do físico Cid Araújo, que dirige o Centro de Ciências Exatas e da Natureza da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a comparação com os outros estados não é um bom parâmetro para avaliar a ciência e tecnologia em nível local. "Não é que

estejamos muito bem. Os outros estados do Nordeste é que estão em muito má situação", avalia.

O professor cita, entretanto, que o número de doutores em Pernambuco é maior que a soma dos doutores no Ceará e na Bahia. "Se olharmos a classificação das bolsas, o número de pessoas de melhor nível está em Pernambuco", reconhece.

Os indicadores do CNPq mostram ainda que, no ano de 1995, havia mais bolsistas provenientes de outros locais em Pernambuco do que nos outros oito estados do Nordeste. Os números por estado de origem (aqueles pesquisadores que saem para estudar fora) também apontam para uma maior quantidade de bolsistas pernambucanos.

BOLSAS - De acordo com o CNPq, das 4.061 bolsas concedidas ao Nordeste em 1995, 1.264 foram para pesquisadores de Pernambuco estudarem em outros locais. A Bahia teve 842 e o Ceará, 513. O estado também é o mais procurado na região por cientistas de outros locais.

No mesmo ano, das 5.887 bolsas destinadas aos nove estados nordestinos, 1.610 foram para Pernambuco, 948 para a Bahia e 1.049 para o Ceará.

Mata cede espaço ao crescimento urbano

Três das 40 reservas ecológicas de Pernambuco praticamente desapareceram nos últimos dez anos. As denúncias veiculadas nesse período pelo Jornal do Commercio não conseguiram impedir que as matas de Passarinho, em Olinda; de São Bento, em Abreu e Lima; e a de Caraúna, em Moreno, ficassem reduzidas a pequenas manchas de floresta, com menos de 10% da cobertura original. No lugar da Mata Atlântica, ocupações de trabalhadores rurais e loteamentos urbanos tomaram conta da paisagem dessas áreas.

Em Passarinho, o último remanescente de Mata Atlântica de Olinda, a especulação imobiliária destruiu 13 hectares de floresta. Esta era a menor de todas as reservas e pertencia a um único proprietário. Na opinião de técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), ele foi conivente com a destruição. "Depois de permitir as invasões, favorecendo a derrubada da mata, ele entrava

na Justiça para reaver a área", conta o chefe da Fiscalização do Ibama em Pernambuco, Emanuel Dantas. Hoje, a maior parte da reserva foi desapropriada pela Prefeitura de Olinda, que ainda está definindo como vai recuperar a área.

Na Mata de São Bento, em Abreu e Lima, o desaparecimento da floresta aconteceu de forma semelhante. Com 109,60 hectares, a reserva foi invadida por trabalhadores rurais sem-terra. A ocupação, coordenada pela Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), foi realizada na mata, há mais de dez anos. A Fetape, entretanto, garante que os sem-terra sempre são orientados a preservar a floresta.

A questão fundiária é reconhecida como a principal causa do desmatamento pela própria Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH). As unidades de conservação foram criadas por lei estadual, em 1987, mas muitos dos proprietários sequer receberam uma notificação dizendo que suas terras passaram a ser protegidas, informa a gerente de Áreas Protegidas da CPRH, Giannina Cysneiros.

"Para a implantação de uma reserva, é preciso haver desapropriações, em alguns casos, ou um esclarecimento ao proprietário sobre as capacidades de exploração da área", opina Giannina. Para ela, o ecoturismo como forma de educação ambiental é uma das atividades permitidas nas reservas ecológicas que podem gerar renda para o proprietário.

Giannina afirma que a Mata de São Bento pertence a cinco proprietários, que nunca foram oficialmente avisados da criação da reserva. Localizada às margens da BR-101 Norte, São Bento era composta por três morros cobertos de mata. Na avaliação do biólogo da Universidade Federal de Pernambuco Ricardo Braga, conselheiro da Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), hoje restam menos de 10% da floresta. Em vez de mata, a área está coberta por plantações de macaxeira e banana.

Todas as reservas estaduais estão localizadas na Região Metropolitana do Recife (RMR). Apenas duas delas foram implantadas - a de Caetés e a de Dois Irmãos. A primeira foi transformada em estação e a segunda, em parque. O objetivo da criação das reservas, informa a arquiteta, é conservar a biodiversidade e os recursos naturais. "Mas hoje estamos procurando conscientizar as pessoas de que as florestas são fundamentais para a manutenção dos sistemas hídricos", diz.

Para ela, esse argumento é mais forte que a proteção da fauna e flora. "Diante da situação atual, com o racionamento d'água em toda a RMR, e levando-se em conta que ainda não há uma consciência ambiental no estado, é mais fácil apelar para o que interfere diretamente na vida das pessoas", justifica.

Ambientalistas deixam grito de lado

O movimento ambientalista em Pernambuco, iniciado em 1979 com a criação da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (Aspan), terá que se profissionalizar para continuar atuante na próxima década. Na opinião do biólogo Ricardo Braga, conselheiro da Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE), essa tendência inclui o embasamento técnico das denúncias.

"A remuneração das pessoas que se dedicam a organizações não-governamentais (ONGs) também é uma necessidade", afirma Braga, professor da UFPE. Ele cita entidades como a Fundo Mundial para a Natureza (WWF), com sua sede nacional em Brasília; a Biodiversitas, de Minas Gerais; e o SOS Mata Atlântica, em São Paulo, como exemplos. O biólogo acredita que as maiores serão as de mais pragmatismo e de grande capacidade técnica.

Para o ambientalista, as pequenas entidades devem ser estimuladas a continuarem em atividade, "para o movimento não perder sua capacidade de denunciar". Braga acredita que a informalidade permite que se "grite" mais. Ele considera que em Pernambuco falta integração entre as ONGs, o que diminui a capacidade de pressão junto ao poder público e ao setor empresarial.

Braga está adotando na prática seus prognósticos. Ele informa que a SNE, fundada em 1986 e com abrangência do Maranhão à Bahia, está implantando um Núcleo de Controle Ambiental. O núcleo encaminhará as denúncias que chegam à entidade relativas a Pernambuco para a Companhia Pernambucana de Meio Ambiente (CPRH), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Ministério Público. "Haverá um formulário padrão, acompanhado de um dossiê técnico".

MUDANÇA - De acordo com levantamento concluído pela Aspan em janeiro do ano passado, a mobilização não é mais uma característica do movimento ambientalista. Depois de aplicar questionários entre dez das 20 entidades existentes hoje em Pernambuco, a Aspan concluiu que ir para as ruas levantar a bandeira verde não reúne mais multidões e tão pouco chama atenção. "Concordo que a tendência de se analisar e encaminhar tecnicamente as questões é uma tendência, mas cobrar por isso não deve ser uma prática", diz o coordenador executivo da Aspan, Alexandre Araújo.

A SNE recebe denúncias pelo telefone (081) 231.5242 e pelo e-mail sne.netpe.com.br e a Aspan, pelo (081) 222.2038 e aspan@aspan.org.br.

Comunidade venceu luta em defesa de Caetés

Se a destruição da Mata Atlântica predomina na paisagem das reservas ecológicas do estado, em Caetés a situação é diferente. A reserva, uma das três localizadas no município de Paulista, é a única desapropriada pelo governo. A área, com 157 hectares, seria transformada em um aterro sanitário, mas a partir de uma reivindicação da comunidade passou a ser uma unidade de conservação.

O lixão já estava sendo implantado quando a obra foi embargada pela Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH), em 1985, depois da mobilização dos moradores do entorno e da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (Aspan). Até hoje a reserva guarda marcas do Aterro Sanitário de Timbó. As áreas desmatadas formaram clareiras, que aos poucos são naturalmente recompostas com espécies de Mata Atlântica.

A coordenadora da estação ecológica, Sandra Cavalcanti, acredita que a área só escapou da destruição por causa do envolvimento da comunidade. "Hoje, mais de mil pessoas que moram no entorno utilizam a área para lazer", justifica.

A estação foi implantada por lei em 1991, quando teoricamente deveria ter sido dotada de infra-estrutura física e orçamentária para começar a funcionar. No ano passado, teve seu

plano de manejo concluído. O plano, que define os usos da reserva de acordo com a legislação em vigor, dividiu a área em cinco zonas.

Na zona de uso intensivo da estação ecológica, perto da administração, há campos de futebol, pistas de atletismo e quadras poliesportivas, além de uma sala para palestras utilizada pelos moradores das redondezas, principalmente de Caetés I.

Os temas não são apenas relacionados ao meio ambiente. "Sempre chamamos os pesquisadores para apresentar os resultados dos levantamentos realizados aqui, mas também há palestras sobre cidadania e saúde", conta Sandra.

A zona primitiva, que corresponde a 80% da área, é exclusiva para a realização de pesquisas. A zona de recuperação, onde começou a ser implantado o lixão, é destinada à recomposição da floresta. A de uso extensivo é reservada para a realização de atividades de educação ambiental e ecoturismo. O lazer e esporte são praticados na zona de uso intensivo e a de uso especial é destinada à administração e alojamentos.

VISITAS - A estação é contornada pelo Rio Paratibe e protege uma das nascentes do Timbó, que deságua no litoral Norte. Visitas à Estação Ecológica de Caetés podem ser marcadas pelo telefone (081) 542.2204.

Aspan, 20 anos defendendo o meio ambiente

Muitas das reportagens realizadas ao longo da última década partiram de denúncias do movimento ambientalista. Entre as organizações não-governamentais que abasteceram o noticiário de Ciência/Meio Ambiente, a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (Aspan) foi sem dúvida a mais atuante, principalmente nos primeiros anos de circulação da página. Agora, enquanto a editoria comemora dez anos, a Aspan está festejando vinte.

A Aspan foi fundada no Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado em 5 de junho, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), durante a conferência sobre meio ambiente realizada em Estocolmo, na Suécia, em 1972.

No início, a ONG contava com meia dúzia de estudantes de biologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Alexandre Araújo, Maurício Aroucha, Ana Moura e Vera Nascimento eram alguns dos que depois das aulas se reuniam para discutir. Os encontros começaram em outubro de 1978, motivados pelo ecólogo Vasconcelos Sobrinho.

Dez anos depois de sua fundação, em 1989, a Aspan foi incluída na lista das 10 entidades ambientalistas mais atuantes do Brasil, elaborada pela Folha de S.Paulo. Em 1992, ganhou o Prêmio Kolynos, no valor de US\$ 10 mil.

Durante a fundação, a Aspan contava com 55 sócios. Hoje a entidade conta com 52 integrantes, mas houve época em que chegaram a ser 378 listadas. Era o tempo em que se considerava ecologia moda.

No início, era uma bela utopia

por IVANILDO SAMPAIO

EDITOR-GERAL

No início, parecia uma idéia pretensiosa: um jornal regional editar, diariamente, uma página de Ciência & Meio Ambiente, quando a grande imprensa nacional, até então, dedicava ao tema coberturas esporádicas, ou, em algumas casos, uma página semanal, quase sempre nas suas edições dominicais.

É verdade que o mundo começava a se preocupar cada vez mais com a questão ambiental; que a brava luta de Chico Mendes em defesa dos seringais amazônicos soava aos conservacionistas internacionais como uma bela epopéia que merecia ser aplaudida e reverenciada; que já estava colocado na agenda dos principais líderes políticos do planeta o grande encontro que foi a Rio-92. Como também é verdade que os avanços tecnológicos, conseguidos nos diversos campos da ciência, empolgavam e previam para a humanidade novas conquistas que antes se consideravam além da imaginação.

Foi o jornalista Antônio Portela, até então editor da Primeira Página que, com a consciência de que o papel da imprensa segue além do simplesmente informar, sugeriu a

criação de uma editoria específica para assuntos de ciência e meio ambiente: ele próprio tocara o projeto, com uma equipe de estagiários formada por Lula Costa Pinto, Maria Luíza Borges e Sílvio Burle, que logo mais se revelariam profissionais dos mais talentosos.

Como editor-geral do Jornal do Commercio, felicito a mim mesmo por ter "comprado", de imediato, a sugestão de Antônio Portela: iniciamos a publicação diária de uma nova página que tinha como compromisso absoluto a qualidade de vida dos cidadãos; denunciemos a devastação que impunemente se fazia nos nossos manguezais; as indústrias que poluíam o meio ambiente; as usinas que jogavam vinhoto no leito dos rios; a caça e pesca predatórias; a queimada nos pequenos bolsões sobreviventes da Mata Atlântica.

Ao mesmo tempo, descobrimos a universidade como centro de pesquisa e de avanços tecnológicos; revelamos para os leitores como Pernambuco possuía ilhas de excelência no campo científico e de como isso se revertia em benefício do homem - o pólo médico, o pólo de informática, a biotecnologia, a química fina, ganhando o respeito das fontes e dos leitores.

Nesses 10 anos, enfrentamos crises, dificuldades incompreensões - mas sempre recebemos, dos diretores da empresa, irrestrita solidariedade e apoio pelos êxitos e vitórias conseguidos pelo jornal como um todo, no qual a Editoria de Ciência/Meio Ambiente teve papel preponderante: além do respeito e do reconhecimento, ganhou prêmios locais, nacionais e internacionais, servindo como parâmetro e exemplo para outras publicações do país.

Conhecimento científico como cultura de massa

por JOSÉ MONSERRAT FILHO

Quem trabalha com divulgação científica no Brasil recebeu há pouco um grande incentivo. O Prêmio Kalinga, da Unesco, a mais importante distinção internacional na área da popularização da ciência, foi conferido a Ennio Candotti, fundador das revistas Ciência Hoje e da Ciência Hoje das Crianças, da Sociedade Brasileira para o Progresso da

Ciência (SBPC). Com base na experiência da Ciência Hoje, Ennio também ajudou a criar a Ciencia Hoy, na Argentina, onde passou quase um ano num esforço para concretizar este projeto. A esperança era de abrir nova e ampla etapa de cooperação entre nossos países na área estratégica da educação científica, com repercussão em toda a América Latina. Seria o Mercosul da Ciência. A idéia antecedeu ao Mercosul econômico, ora torpedeado pela globalização financeiro-especulativa.

Felizmente, Ciencia Hoy continua circulando, sobrevivendo ao longo governo Menem, que prima por ignorar a educação, a ciência e a cultura. Mas, infelizmente, o Mercosul da Ciência, como sólido alicerce de uma integração inteligente, ainda é um sonho adiado para o século 21, se ele vier a ser o século do conhecimento, como dizem.

Por esses e outros sonhos, realizados ou (ainda) não, Ennio é o terceiro brasileiro a ganhar o Prêmio Kalinga. O primeiro agraciado, em 1974, foi o pioneiro do jornalismo científico no Brasil, José Reis, uma vida inteira dedicada à educação científica, que escreve aos domingos na Folha de S.Paulo. O segundo, em 1982, foi Oswaldo Frotta-Pessoa, cientista de renome voltado permanentemente para a educação dos jovens. O Brasil ainda não tem nenhum Prêmio Nobel, mas já tem três Prêmios Kalinga. Isto é mais que um consolo. É um belo sinal de que temos cientistas preocupados com a democratização do conhecimento científico, tarefa central para se forjar um mundo mais humano.

Veja o que Ennio disse em Nova Déli, na Índia, agora no dia 7 de abril, ao receber o Prêmio Kalinga: "A responsabilidade maior que temos, acadêmicos e cientistas, é a de educar. Para entender e transformar o mundo. Para torná-lo mais justo e igualitário. Se procuramos o novo é para contá-lo aos nossos alunos, próximos ou distantes, ensinar aos jovens como conservar viva a chama da curiosidade. Construir com eles imagens que nunca antes se tinha visto ou pensado". Mas ele não ficou só em premissas gerais. Aproveitou a ocasião especial para formular propostas concretas, que aproveitou para divulgar nesta bonita festa dos 10 anos da Editoria de Ciência/Meio Ambiente do Jornal do Commercio. Para Ennio, pelo menos três questões merecem maior atenção nos debates sobre o papel da divulgação científica na educação de todos:

1) Urge atualizar os textos de ensino e nisto os cientistas podem dar enorme contribuição. Caberia aqui uma campanha das sociedades científicas e de outros setores interessados para convencer e incentivar os cientistas a escreverem para crianças e alunos nas escolas, "a fim de enriquecer o universo de informações, experiências e observações com que eles são educados", ajudando na atualização permanente dos professores e dos livros didáticos;

2) Os computadores entram nas escolas antes dos microscópios: "Não creio que eles possam substituir o papel da experiência, do teste dos modelos e idéias ou o exame dos objetos e documentos, quando se quer entender a natureza ou a sociedade em que vivemos". E mais: "Temo que nas escolas o virtual venha a substituir o real. Sem socar na parede, não se entende o significado da ação e da reação na física".

3) Disseminar centros de ciências humanas e naturais em pequenas e grandes comunidades, com laboratórios interativos onde os jovens possam testar idéias e modelos. (A íntegra do discurso de Ennio Candotti em Nova Déli foi publicada no *Jornal da Ciência*, da SBPC, nº 410, de 16/4/99).

*O jornalista José Monserrat Filho é editor do *Jornal da Ciência* e do *JC E-Mail*, da SBPC.*

A década não-perdida

por ANTÔNIO PORTELA

A publicação contínua, ao longo de dez anos, de uma página dedicada a notícias sobre ciência, tecnologia e meio ambiente, sob todos os aspectos pode ser considerada uma experiência bem-sucedida.

Quando, em 1989, a chefia de redação do *Jornal do Comercio* decidiu inovar, reservando espaço diário a esses temas e montando uma editoria (chamada de *Ciência/Meio Ambiente*, ou CMA) voltada exclusivamente a eles, não tardou a voz dos que preferiam fossem aquelas páginas utilizadas na publicação de "assuntos mais importantes".

Tratava-se de uma referência feita, sobretudo, ao debate ecológico, então visto por muitos como só mais um modismo. À época, no país, apenas despertavam os formadores de opinião para o que a ciência mundial há décadas denunciava como a aproximação de uma catástrofe ambiental. Também sobre o tema ciência e tecnologia uns entendiam que, embora mais "concreto", poderia merecer talvez uma coluna semanal. A redação, contudo, manteve de pé sua aposta. Enxergava muito à frente, e o golpe de vista não falhou. Hoje, dez anos passados, traz ótimo saldo o balanço desse período em que a editoria se solidificou .

Do ponto de vista estritamente jornalístico, o pioneirismo do JC provou que era possível manter um noticiário diário sobre ciência e meio ambiente e angariar um público leitor interessado e fiel. Também o exercício diário do jornalismo científico motivou inúmeros profissionais e atraiu estudantes de comunicação (que puderam estagiar na editoria) para esse novo ramo especializado da comunicação.

Para o próprio jornal, como empresa e instituição, o investimento rendeu excelentes dividendos. O reconhecimento da comunidade científica e ambiental local foi imediato, logo se tornando "a página de CMA" ponto de referência dos que lidam nessas áreas. Mais do que isso, CMA ajudou a fazer o nome do Jornal do Commercio - e, por extensão, de Pernambuco - ainda mais forte em todo o país.

Não bastassem, para o ganho desse respeito nacional, a cobertura dos grandes eventos científicos e ambientais e a participação ativa de jornalistas da editoria em encontros e seminários fora do estado, em 1997 um fato inédito veio recompensar a coragem da aposta feita naquele já distante junho de 1989: o jornal, pelo conjunto da obra de sua editoria de CMA, conquistou o Prêmio José Reis de Divulgação Científica, o mais importante da categoria no Brasil.

A experiência de CMA foi bem-sucedida, por fim, sob o aspecto mais significativo para um jornal, como meio de comunicação de massa: poder oferecer a seus leitores boa e útil informação. A editoria divulgou sistematicamente o conhecimento científico, em particular a pouco noticiada produção científica pernambucana, despertando o leitor para esse lado cada dia mais essencial num mundo essencialmente tecnológico. Igualmente ajudou a

criar na população uma indispensável consciência ecológica, denunciando a degradação do nosso mundo em volta e apontando caminhos para evitá-la.

Valeu, bem se vê, o descortino da redação ao jogar na editoria de CMA, como bons frutos rendeu o prestígio conferido à página pela direção da empresa ao longo destes dez primeiros anos. Mais uma vez o Jornal do Commercio cumpriu, com competência, seu importante e octogenário papel.

O jornalista Antônio Portela foi o primeiro editor de Ciência/Meio Ambiente.

Meios Ambientes

por RICARDO SOAVINSKI

Nos últimos anos, a questão ambiental ganhou destaque na mídia. Jornais, revistas, canais de televisão e emissoras de rádio abriram espaço para dizer, em essência, que do meio ambiente depende o futuro. Poucos o fizeram de maneira tão criteriosa e séria como o Jornal do Commercio.

Por isso, é com satisfação que recebo a notícia de que a Editoria de Ciência/Meio Ambiente está comemorando dez anos. Sinto orgulho de ter participado como colaborador quando a editoria dava seus primeiros passos. Estava em Itamaracá trabalhando no Projeto Peixe-Boi e, assim, pude ver muitas de nossas ações serem divulgadas pelo jornal.

Os meios de comunicação de massa cumprem papéis importantes na sociedade contemporânea. Muito mais do que simplesmente informar, eles redimensionam a realidade. Com o passar do tempo, os ambientalistas vão descobrindo como lidar com a mídia. E os meios, ao mesmo tempo, vão aprendendo a tratar do meio ambiente.

Os jornalistas passaram a compreender, particularmente a partir da Rio-92, que meio ambiente é tema nobre. As redações fizeram, se me permitem a comparação, seu próprio reflorestamento. Abriu-se espaço para que natureza deixasse de ser somente a foto de

alguém plantando árvore, uma vez por ano. Não que isso não seja importante. É. Mas não é suficiente.

Nem sempre, é verdade, ficamos satisfeitos com o que lemos nas páginas ou com o que vemos nas telas. Reclamamos que a questão é tratada de forma superficial e, normalmente, por pessoas que não entendem do assunto. Pura e passageira implicância. Precisamos da mídia. E precisamos também conhecer, menos superficialmente, seus defeitos e virtudes.

O amadurecimento dessa relação, que já começa a se refletir nas notícias diárias e cada vez mais numerosas sobre meio ambiente, vai incentivar a população a participar de ações concretas relacionadas à natureza. Se o meio ambiente é pauta de destaque, gera, por exemplo, interesse e respostas efetivas dos órgãos governamentais.

Os meios de comunicação chegam a todos os cantos do país e são os principais formadores da chamada opinião pública. Parece, portanto, não haver melhor caminho para chamar a atenção da sociedade brasileira sobre a necessidade de conservação da natureza.

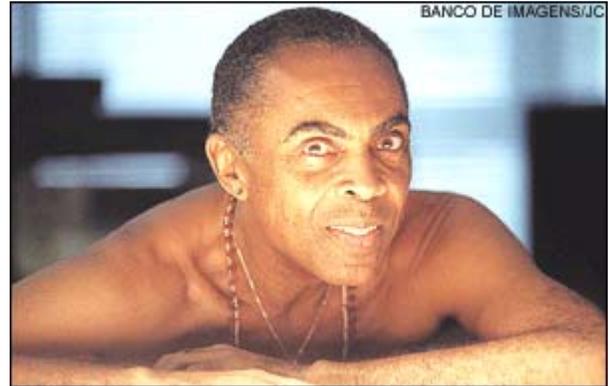
Trata-se, portanto, de tornar visíveis as ações, tanto as positivas como as negativas. Contudo, ao contrário de características próprias à mídia - rapidez e efemeridade -, o trabalho em prol do meio ambiente é lento, vagaroso. Não se muda uma cultura de uma hora para outra.

Nesse sentido, programas de televisão e rádio, colunas e editorias sobre o tema precisam continuar a existir. Páginas como Ciência/Meio Ambiente do JC, que nem passou pela adolescência e já se tornou grande, são um bom exemplo.

O oceanógrafo Ricardo Soavinski é assessor especial do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

A bordo da Onda Azul, Gil navega na ecologia

O músico baiano Gilberto Gil, 56 anos, é uma ambientalista de carteirinha. Filiado ao Partido Verde (PV), ele não pretende se candidatar de novo (já foi vereador em Salvador), mas não desistiu da militância. Há dez anos, o cantor e compositor preside a Fundação Onda Azul, uma ONG que se dedica ao estudo e conservação dos recursos hídricos. Mais articulado com o governo e confiante no futuro do país, ele concedeu a seguinte entrevista ao JC, por telefone, de sua casa na Bahia, dez anos após ter sido o destaque da 1ª edição de "Meio Ambiente", quando veio ao Recife divulgar o recém-criado Movimento Onda Azul.



Jornal do Commercio - O movimento Onda Azul se propunha a "fazer onda", através de uma articulação política, científica, técnica e social. O que mudou na idéia original?

Gilberto Gil - Basicamente nada. No começo foi difícil conseguir recursos para os projetos. Era uma instituição pequena e eu estava praticamente sozinho. Andei por todo o Brasil em contato com as casas legislativas. Era uma época em que se preparavam as leis orgânicas municipais e estava havendo a inserção do meio ambiente nas leis de uma maneira geral. As dificuldades acabaram sendo maiores do que esperávamos e, quando terminei meu mandato de vereador, o movimento enfraqueceu. Depois passou um tempo de ostracismo e há mais ou menos um ano estamos retomando as atividades.

JC - O Onda Azul nasceu em abril de 1989 no núcleo da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Vereadores de Salvador, onde o senhor exercia seu mandato pelo PMDB. Qual o rumo político-partidário que o movimento tomou?

Gil - Eu já tinha passado para o Partido Verde naquela época. O movimento continua sendo ambientalista e ligado ao PV. Temos nomes como Alfredo Sirkis, que é vereador pelo PV no Rio de Janeiro, e Juca Ferreira, que é vereador pelo mesmo partido aqui em Salvador. Agora estamos todos empenhados em retomar a articulação ampla com a sociedade civil sobre os recursos hídricos.



JC - Por que água?

Gil - O meio ambiente é muito amplo, tem vários e vastos aspectos. O Onda Azul resolveu focar os mares, oceanos, lagoas, lençóis freáticos e mangues dentro desse universo. Também precisamos de capacitação técnica e isso se torna mais viável quando escolhemos um tema. Contamos com a colaboração de pesquisadores de universidades baianas.

JC - De movimento, o Onda Azul passou para organização não-governamental (ONG)? Como foi essa mudança?

Gil - Foi uma necessidade resultante da institucionalização. No começo se tratava mais de um movimento e depois decidimos pela fundação.

JC - Em plena campanha eleitoral, o senhor na época apoiava a candidatura de Leonel Brizola para a presidência. A vitória de Fernando Collor já se anunciava nas pesquisas e, na sua opinião, o povo estava "escolhendo apressadamente como uma forma de vingança, de protesto". O que mudou na cabeça do eleitorado?

Gil - Não só o povo amadureceu como houve uma melhora na economia, em decorrência do controle da inflação.

JC - O senhor é cantor, compositor, político e ambientalista. Qual dessas atividades lhe consome mais tempo e qual é a mais prazerosa?

Gil - Minha vida artística é uma questão de sobrevivência e também espiritual. É ela que me consome mais tempo e ao mesmo tempo é a mais prazerosa. Contribuir para a preservação ambiental fica em segundo plano, mas nem por isso deixa de ser uma atividade que eu me empenho bastante.

JC - Qual sua militância ecológica e política hoje? Pretende se candidatar?

Gil - Sou filiado ao PV, mas não pretendo postular mandato de novo. Administrativamente tive oportunidade de assumir um ministério, mas acabou não dando certo.

JC - Por que a indicação do seu nome para o Ministério do Meio Ambiente, durante a transição para o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso não deu certo?

Gil - Meu nome era acompanhando de uma sólida proposta, que representava o pensamento do PV. O governo não quis aceitar a proposta e preferiu colocar no cargo um representante do PMDB, que é José Sarney Filho, que tinha todo o peso do nome e da influência política da família.

JC - Ao longo desses dez anos, o que a fundação tem feito pelo meio ambiente no Nordeste?

Gil - Temos um projeto para a criação de um parque ecológico nas imediações da hidrelétrica de Xingó. A articulação vem sendo feita com a Chesf e acredito que dentro de um ano o parque estará funcionando. Estamos decidindo se será federal, com a participação da Bahia, Sergipe e Alagoas, ou se será ligado ao governo baiano. O projeto está avaliado em R\$ 3 milhões e a Fundação Onda Azul deverá coordenar a implantação. A proposta é desenvolver atividades de ecoturismo, com a exploração das trilhas de Lampião, da vegetação de Caatinga, do cânion e dos sítios arqueológicos.

Editoria nasceu quando o JC fazia 70 anos

Era uma terça-feira, 20 de junho de 1989, quando o JC circulou, pela primeira vez em seus 70 anos de história, com um espaço exclusivo para a cobertura de meio ambiente. Na matéria principal, o cantor e compositor Gilberto Gil falava sobre o Movimento Onda Azul, em uma entrevista ping-pong (perguntas e respostas) exclusiva ao jornal.

A segunda edição da editoria saiu somente no dia 22 de junho, por problemas operacionais. Sob o cabeçalho de "Ciência/Tecnologia", foi publicada reportagem sobre um bioinseticida desenvolvido na Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA). O produto combatia o moleque-da-bananeira, uma praga que dizimava plantações de banana em Pernambuco.

Logo no começo, a publicação de assuntos ambientais era alternada com os de ciência e tecnologia, até que os dois temas foram unificados, em agosto, sob o título de Ciência/Meio Ambiente.

Hoje a página circula de terça-feira a domingo. Os assuntos abordados variam de denúncias de degradação ambiental a resultados obtidos em instituições de pesquisas do Nordeste, passando por notícias do Brasil e do mundo nas áreas de meio ambiente, ciência e tecnologia.

Ciência/Meio Ambiente, hoje vinculada à Editoria de Cidades, também publica serviços para o leitor. Nas sextas-feiras é editada a relação das praias impróprias para o banho, a partir de análise da Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH). Aos sábados saem os resultados da qualidade do ar, também fornecidos pela CPRH. A edição de domingo, que conta com mais espaço, traz reportagens especiais, a coluna Vida&Ciência, com artigos, e a seção De Olho na Ciência. Publicada desde 1996, a seção responde a perguntas sobre curiosidades científicas enviadas por leitores.

Pressão de ONG alterou traçado da Linha Verde baiana

O Onda Azul, que começou como movimento em 1989, foi transformado em fundação do ano seguinte, pelo cantor e compositor Gilberto Gil. Entre as campanhas de educação ambiental realizadas na Bahia pela organização não-governamental, "Praia Linda - Praia Limpa" e "Não Deixe o Mar Morrer na Praia" são as mais conhecidas.



A fundação (www.ondazul.org.br) também tem conquistas junto ao poder público. A partir de mobilizações, levou o governo da Bahia a alterar o traçado da Linha Verde, evitando maiores danos ambientais.

O secretário executivo adjunto da Fundação Onda Azul, o vereador do PV em Salvador Juca Ferreira, cita o projeto de criação de um parque ecológico no cânion do Rio São Francisco, proposto à Chesf. "O parque será uma das ações concretas da fundação depois de três anos de hibernação".

Ele também destaca a atuação na área cultural. "Estamos inaugurando um centro de cultura e meio ambiente na Ladeira da Misericórdia, em Salvador. São três casas restauradas, onde realizaremos atividades artísticas e de educação ambiental para a comunidade carente", explica.

A ONG, presidida por Gilberto Gil, tem o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ) como vice-presidente e ex-secretário de Meio Ambiente da cidade do Rio de Janeiro, Alfredo Sirkis, como secretário executivo.

Combate à praga chegou ao bananal

No primeiro dia de circulação da página de "Ciência/Tecnologia", em 22 de junho de 1989, o Jornal do Commercio deu destaque a um método de controle biológico do moleque-da-bananeira, desenvolvido pela Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA). Ao longo desses dez anos, a tecnologia evoluiu e hoje a equipe está apta a desenvolver o bioinseticida, que combate a principal praga da bananeira, na forma líquida.

"O bioinseticida já está sendo produzido na forma sólida para o agricultor dissolver em água", informa o engenheiro agrônomo Gilson Melo, um dos técnicos envolvidos no projeto. "Agora queremos fazer a suspensão e comercializá-la". O objetivo é facilitar a manipulação, permitindo que o consumidor adquira o bioinseticida pronto para a aplicação com pulverizador.

A apresentação do bioinseticida contra moleque-da-bananeira não é o único avanço da pesquisa nos últimos dez anos. A preparação das iscas também foi aperfeiçoada. No lugar de cortar pedaços do tronco da bananeira sadia para aplicar o produto, os técnicos recomendam a utilização do chamado lixo do bananal.

Restos de tronco e folhas de bananeira são colocados entre uma carreira e outra da plantação. O material, que serve de alimento e local de reprodução para a besouro, é pulverizado com o bioinseticida. Gilson Melo lembra que o lixo do bananal, que antes era jogado fora, também serve como adubo orgânico, reduzindo o uso de fertilizantes inorgânicos na plantação. "A colocação das folhas aumenta a quantidade de potássio no solo e o protege contra a evaporação".

De acordo com o pesquisador, que hoje desenvolve doutorado sobre praga de coqueiros na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), a tecnologia de controle biológico do moleque-da-bananeira desenvolvida no estado está sendo usada no pólo irrigado de Petrolina e em Cuba.

Para Gilson Melo, a produção em escala industrial do bioinseticida contra o moleque-da-bananeira poderia ser uma fonte de recursos para o IPA. O pesquisador estima que o custo por litro seria de R\$ 20,00 no primeiro ano de produção, passando para, no máximo,

R\$ 1,50 após três anos. De acordo com o pesquisador, o IPA precisaria, para isso, implantar um laboratório de produção de controladores biológicos.

"Melo afirma que o bioinseticida é eficiente no controle do moleque-da-bananeira em qualquer variedade da planta, especialmente a banana comprida e a maçã. Ele destaca ainda a importância ecológica do uso do inseticida biológico. "Os inseticidas químicos empregados no combate ao moleque-da-bananeira são à base de organoclorados, que demoram até 20 anos para se degradar no meio ambiente".

Ataque do besouro provoca perda de 40% na produção

O moleque-da-bananeira é um besouro de aproximadamente um centímetro, que se alimenta dos tecidos do tronco da planta. A praga provoca o apodrecimento da base e o tombamento da bananeira, ocasionando perdas de 35% a 40% na produção.

O inseto adulto utiliza o risoma da bananeira para a postura de ovos. Semelhante a batatas, o risoma está localizado na base da planta, entre o tronco e as raízes. "O risoma serve de comida para as larvas do moleque-da-bananeira, que fazem verdadeiras galerias nessa parte da planta", explica o engenheiro agrônomo da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA) Gilson Melo. Por isso a planta tomba e acaba morrendo.

"O ciclo da espécie, denominada cientificamente de *Cosmopolites sordidus*, é de 45 dias e desencadeia ainda a entrada de pragas oportunistas no bananal, como o fusário. Trata-se de um fungo que não tem condições de atacar um risoma sadio, mas acaba tendo seus esporos veiculados pelas larvas do moleque-da-bananeira e provoca perdas ainda maiores no bananal.

De acordo com Gilson Melo, um bananal sadio pode produzir anualmente até 60 toneladas de banana por hectare. "Em Pernambuco, a produtividade está em torno de 8 toneladas por hectare, por causa da praga do moleque-da-bananeira", diz Melo.

NATURAL - Já o fungo *Beauveria bassiana*, utilizado como bioinseticida no controle do moleque-da-bananeira, habita naturalmente todos os tipos de solo, desde que haja condições favoráveis para o seu desenvolvimento.

Prêmios recompensam empenho da equipe

As grandes coberturas, que marcaram o trabalho da Editoria de Ciência/Meio Ambiente nesses dez anos, resultaram na conquista de prêmios. O mais importante deles foi o 17º Prêmio José Reis de Divulgação Científica, em 1997, concedido pelo CNPq.

O prêmio foi entregue ao diretor superintendente do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, Eduardo Lemos, durante a 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, "pela qualidade, continuidade e consistência do trabalho desenvolvido por suas equipes de reportagem e pelas matérias publicadas regularmente desde a criação da editoria, em 1989".

O primeiro prêmio conquistado pela editoria foi o Cristina Tavares, em 1994, promovido pelo Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco. A vencedora foi a repórter Maria Luíza Borges, hoje editora de Economia do JC, com a série de reportagens "Ciência X Fome". O trabalho abordava pesquisas que minimizariam e até solucionariam o problema da fome no Nordeste, mas que não tiveram seus resultados aproveitados.

"Em 1997, o JC ganhou o prêmio "UFPE - 50 Anos", em comemoração ao meio século da Universidade Federal de Pernambuco, com a série de reportagens "Ciência Aplicada", da repórter Verônica Falcão. O trabalho mostrou exemplos de transferência de tecnologia bem-sucedidos nas áreas de informática, física, química, bioquímica e matemática da UFPE.

Em fevereiro do ano seguinte, a repórter Verônica Falcão foi selecionada para participar do programa de bolsas da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), que escolheu dois jornalistas brasileiros, um argentino e um chileno. A equipe cobriu a 150ª Reunião da AAAS, na Filadélfia (Pensilvânia), e conheceu o trabalho de edição da revista científica Science, em Washington.

Mudas de mangue são produzidas

Mudas da vegetação de mangue estão sendo produzidas na Base de Proteção e Pesquisa do Peixe-Boi de Barra de Mamanguape - vinculado ao Centro Peixe-Boi\lbama, com a ajuda da comunidade do local, a 80 quilômetros ao norte de João Pessoa (PB). A Área de Proteção Ambiental de Barra de Mamanguape - criada pelo decreto federal 924/93 - foi considerada uma das áreas piloto do Programa das Reservas da Biosfera de Mata Atlântica pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que liberou U\$S 14 mil para a execução do projeto de recuperação de manguezais.

Somente no ano passado, foram plantadas 3 mil mudas. A APA tem 22.460 hectares de extensão, sendo 28 quilômetros de manguezal. O estuário do Rio Mamanguape representa a principal área do litoral nordestino utilizada pelo peixe-boi marinho da espécie *Trichechus manatus*, ameaçada de extinção, para acasalamento e reprodução. Num braço do Rio Mamanguape, encontra-se o cativeiro natural dos mamíferos Folia e Xuxu, onde, há duas semanas, entrou um peixe-boi fêmea vindo do mar, batizado de Aparecida.

A produção também abrange o plantio de mudas cuja madeira sirva de alternativa para a construção de moradias, já que muitas casas da pequena vila de Barra de Mamanguape, com cerca de 300 habitantes, foram erguidas com madeira retirada da vegetação de mangue da região.

As sementes são coletadas do manguezal por crianças e adultos da comunidade, que participam de todo o processo de replantio. Depois de germinadas em bacias contendo a lama do mangue, as pequenas mudas são colocadas no saquinho. Até serem plantadas em local definitivo, explica a coordenadora da base de pesquisa do Centro Peixe-Boi, Danielle Paludo, são mantidas, por alguns meses, na água salgada e, posteriormente, em locais com maior presença de luminosidade. "As mudas passam por um processo de aclimação ao sal e ao sol antes de serem replantadas", salienta.

Brasil mostrará o peixe-boi e baleia em Lisboa

por MARIANA LACERDA

Brasil será apresentado na Expo de Lisboa num imenso mapa, exposto sobre um piso com 1.296 metros quadrados. Um convite aos visitantes do megaevento a viajar pela história do país, passando por quatros momentos de sua trajetória: antes do descobrimento, a fase do deslumbramento pelas terras do além-mar, a expansão e, por último, sua permanente conquista. O passeio começa, é claro, pelo mar. O tema escolhido pelo país para a Expo'98 é Os Oceanos e o Brasil: de 1500 a 2000.

Numa exposição paralela, a Expomar, montada em uma das salas do Museu da Ciência de Lisboa, serão apresentadas ao resto do mundo espécies da fauna aquática brasileira que estão em processo de extinção e o que se tem feito para que isso seja evitado. Na Expomar não poderiam faltar o Projeto Tamar, o Projeto Peixe-Boi e o Projeto Baleia Jubarte - todos apoiados pela Petrobrás. Os Correios do Brasil vão aproveitar a ocasião para lançar a série de selos comemorativos às três bem-sucedidas iniciativas.

O Ministério do Meio Ambiente apresentará o que está fazendo para garantir os direitos de soberania do Brasil para o aproveitamento e conservação dos recursos naturais vivos, como o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Revizee). Também mostrará os resultados do Plano de Gerenciamento Costeiro (Gerco) e do Projeto Antártico-Brasileiro.